

ATA Nº12

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 26 de abril de dois mil e dezanove.** -----

-----No vigésimo sexto dia do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas e quarenta minutos, no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Maria Helena Marques e Victor Fernando dos Santos Neto com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 28/02/2019 e 29/03/2019:** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018;** -----

----- **PONTO TRÊS: QUADRO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS:** -----

-----**1. DL n.º 21/2019, de 30/01 – Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da **educação**;**-----

-----**2. DL n.º 23/2019, DE 30/01 - Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da **saúde**;** -----

-----**PONTO QUATRO: INTERVENÇÃO NA ANTIGA PONTE DE FAREJA – INTEGRAÇÃO NA REDE DE PERCURSOS NATURAIS DE VAGOS – RECONHECIMENTO DO INTERESSE PARA AS POPULAÇÕES E PARA A ECONOMIA LOCAL**-----

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Elisabete Costa Pequeno, Tony Richard de Oliveira Almeida, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Xavier Prior Neto, Maria Pedro Almeida Neves Ferreira da Silva, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Sérgio Domingos, Hugo Jorge, em substituição de Sérgio Martins, e Mário Rocha, que tomou posse, em substituição de Liliana Barreira, eleitos na lista do PSD. -----

----- Basílio de Oliveira, Jorge Henrique da Graça Pereira, Paulo Alexandre Ferreira Malta e António Bastião em substituição de Patrícia Neves Ferreira, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Gaspar e Bruno Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; António Rosa, em representação de Silvério de Jesus Rua Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Rosa Martins, em representação de Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos, Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados Sérgio Manuel Jesus Martins, Patrícia Ferreira, Liliana dos Santos Barreira, Amílcar Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos, e Silvério Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, e os Vereadores, senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Maria Dulcínia Martins Sereno, senhora Susana Gravato, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

-----A – Apreciação e votação das atas das sessões de 28 de fevereiro de 2019 e 29 de março de 2019. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezanove, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. De seguida submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia vinte e nove de março de dois mil e dezanove, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. -----

-----B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre um de março e vinte e seis de abril de dois mil e dezanove. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. Entretanto, informou os membros da Assembleia Municipal que em reunião de conferência de líderes dos grupos municipais foi decidido adiar a discussão e votação do Regimento para a sessão de junho. -----

-----C – Justificação de faltas. -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dadas pelos senhores Deputados à sessão de vinte e nove de março de dois mil e dezanove e à sessão de hoje. -----

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra para dar nota que no lugar de Rio Tinto andam alguns cães selvagens bastante perigosos. Uma situação bastante delicada, muito complicada, porque há pessoas que já foram atacadas e tiveram mesmo de ser hospitalizadas. Há também relatos de pessoas que viram as suas casas serem invadidas por esses animais, mataram frangos, galinhas e as pessoas já têm medo de sair à rua. Perante esta situação o senhor Deputado pergunta o que é que a Câmara Municipal pode fazer ou o que é que vai fazer. Em relação ao Posto de Saúde de Covão do Lobo perguntou qual o ponto de situação. Também em Covão do Lobo perguntou se existem planos para a reparação das estradas que ligam Santa Catarina a Covão do Lobo e Covão do Lobo a Rines. Relativamente aos projetos que ficaram por terminar referentes ao orçamento participativo de dois mil e dezassete perguntou o ponto de situação dos mesmos. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e abordou três questões. A primeira delas prende-se com a questão do lixo e tendo conhecimento que foram feitas visitas pelos serviços da Câmara Municipal acompanhados pela Luságua quer saber se já há algum *feedback* em relação àquilo que têm sido queixas constantes sobre a manutenção dos contentores que sobre o aumento da sua lotação. A segunda questão prende-se com o ponto de situação em relação à comissão de trânsito, se já reuniu e qual é o resultado dessa reunião, relativamente, também, a alguns pontos que se encontram pendentes há algum tempo. A terceira questão tem a ver com a candidatura que foi feita pelo Município para as despesas relativas ao Furacão Leslie, ocorrido em outubro de dois mil e dezoito e se já se sabe quando é que esse dinheiro chega. -----

----- O senhor Deputado Basílio de Oliveira usou da palavra para lembrar alguns factos que lhe chamaram à atenção. Aproxima-se a época balnear e o senhor Basílio solicitou ao senhor Presidente que ordena-se o arranque das palmeiras, totalmente secas, e proceda à sua substituição por outras árvores próprias daquele lugar. Além disso, o que está lá dá mau crédito da Câmara Municipal e, quanto ao senhor Deputado, também da Junta de Freguesia. O senhor Deputado apelou ainda a que se tomem as devidas providências no sentido das casas florestais, que estão espalhas na floresta do Concelho, que se encontram em ruínas, sejam demolidas ou recuperadas. Assim, tal como estão, dá um mau crédito da Câmara Municipal e do próprio Estado. Por fim, referiu que assistiu ontem à sessão solene do 25 de abril e gostou imenso de todas as intervenções que aqui foram realizadas e quis salientar um facto. Na intervenção que fez o senhor Presidente da Câmara salientou que uma das conquistas do 25 de abril foi a fundação da Universidade de Aveiro. Essas palavras emocionaram o senhor Basílio, porque foi o senhor deputado e o Dr. Orlando de Oliveira, reitor do Liceu de Aveiro na altura, há quarenta e três anos, que fundaram a Universidade de Aveiro. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que há tempos o senhor Presidente da Câmara queixou-se à Agência Lusa da presença de animais errantes um pouco por todo o Concelho crê que já o sabe mas não custa informar que, entretanto, foi publicado o despacho 2301/19 com a campanha de apoio à esterilização de cães e gatos. O senhor Deputado

presume que o Município de Vagos já se tenha candidatado. Esta é uma candidatura possível de se fazer todos os anos e este ano já está aberta. Em breve haverá, também, um concurso que disponibiliza um montante considerável para os centros de recolha de animais. O senhor Deputado pergunta se a Câmara Municipal tem intenção, ou não, de se candidatar este ano, porque, tanto quanto sabe, no ano passado não se candidatou. De seguida o senhor Deputado fez algumas perguntas sobre a área da proteção civil. Em primeiro lugar pediu um ponto de situação, porque já o fez aqui anteriormente, em relação a dois planos municipais: o plano municipal de florestas contra incêndios e o plano municipal de emergência da proteção civil de Vagos que terá já caducado em setembro de dois mil e dezoito. O senhor Deputado considera importante que se dê prioridade a estes assuntos. Já aqui sinalizaram, noutra sessão da Assembleia Municipal, e estes documentos têm de ser bem feitos para o Município estar bem preparado para esta volatilidade meteorológica que se tem vindo a assistir. Vagos deve estar muito bem preparado e, por isso, perguntou se é desta que vai haver um documento para se poder analisar. Uma vez que o senhor Presidente da Câmara Municipal já é há alguns anos o Presidente do grupo de trabalho da proteção civil da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro perguntou pelo ponto de situação em relação a uma série de competências cruzadas que há com Municípios, designadamente com o Município de Vagos, no que respeita a três assuntos: se há uma uniformização de estratégias de implementação a nível de equipas de intervenção, que é uma das missões desse grupo juntamente com os Municípios; a articulação do trabalho das comissões municipais de proteção civil, se está a existir com Vagos e se não porquê; como é que Vagos está incluído na carta de riscos da Região. Estas são todas matérias de responsabilidade partilhada. O senhor Deputado perguntou, ainda, se o senhor Presidente teve oportunidade de estar na reunião com o Ministro da Administração Interna prevista para vinte e dois de março. É importante também fazer nesta Assembleia Municipal uma nota de congratulação por finalmente ter avançado a empreitada de desassoreamento da ria de Aveiro. O senhor Deputado não tinha tido ainda a oportunidade de falar sobre este assunto mas sendo uma questão que vem sendo falada há décadas e que finalmente, com este Governo, esta proposta cumpriu mais uma etapa, no caso a assinatura de mais um contrato de empreitada que irá durar cerca de quinze meses e que é constituída por um conjunto de missões onde inclui Vagos. Outra questão que abordou prende-se com as sinalizações de trânsito. Têm sido colocadas algumas sinalizações e o senhor Deputado pergunta se estas intervenções, tanto horizontais como verticais, decorrem de sugestões da comissão de trânsito, ou não, e se esta tem reunido. A mesma pergunta para o Conselho Municipal de Segurança, ou seja, se tem reunido, e que importância é que atribui a esse órgão municipal. Uma nota sobre as últimas obras que foram realizadas pela AdRA na instalação do saneamento, isto é, terá deixado uma placa abandonada, há partes do rasgo do alcatrão que já abateu bastante, e seria importante diligenciar para que essa situação seja alterada. Neste tipo de obras já há uma vasta experiência em Vagos e, por isso, ter-se-á de estar sempre muito atentos e reagir imediatamente, porque se não o tempo vai passando e vê-se este problema nas estradas do Concelho permanentemente. Outra questão que abordou prende-se com a ligação sem fios nos locais públicos, onde

aparentemente há uma fraca ligação, não se tem conseguido conexão, nem em Vagos nem na Vagueira, com bastante frequência. O senhor Deputado perguntou se o Executivo tem noção dessa dificuldade e se podia confirmar esta fragilidade da rede. Para terminar deixou uma nota sobre a caixa de multibanco da praça Parracho Branco, que continua sem funcionar causando alguns transtornos tendo em conta a importância que aquele equipamento tem para as pessoas, porque naquela zona não há outra alternativa. Perguntou, ainda, para quando é que está pensado abrirem as casas de banho públicas situadas na rua Albino Oliveira Pinto e quando é que pensam tratar das zonas com ervas, um pouco por todo o lado, na Vagueira. -----

----- O senhor Deputado Arlindo das Neves usou da palavra e alertou para a situação da caixa de multibanco na praia da Vagueira que já há muito tempo que se arrasta trazendo alguns problemas para as pessoas, principalmente para os comerciantes. A Câmara Municipal gastou dinheiro a construir um sítio para instalar aquela caixa multibanco para servir as pessoas e o equipamento continua, há largos meses, sem funcionar. O senhor Arlindo solicita ao senhor Presidente ajuda no sentido de ver se é possível agendar alguma reunião com alguém da Caixa de Crédito Agrícola para se resolver com alguma celeridade. Esta não é uma responsabilidade da Câmara Municipal, todos sabem disso, mas fez lá um investimento grande para criar condições para a instalação daquele equipamento que continua desativado. Em relação às palmeiras na praia da Vagueira, assunto também abordado pelo senhor Basílio, o senhor Arlindo concorda que não são as árvores indicadas para o local. Naquela zona é difícil colocar árvores que se desenvolvam por causa dos ventos. Foi gasto muito dinheiro nas palmeiras pensando que elas se aguentariam mas veio a verificar-se, com o passar do tempo, que não. Mas, para ali não se veem grandes alternativas. Em relação ao ICNF quis deixar nota de que a Junta da Freguesia da Boa Hora, quando este executivo tomou posse em outubro de dois mil e treze, teve uma “guerra enorme” com esta entidade. Naquela altura a Junta de Freguesia teve alguns assuntos graves com algumas entidades porque meteu máquinas em rede natura e ZPE. Aquilo que o Governo está agora a fazer em “cima do joelho” e de forma “um pouco bruta” a Junta de Freguesia da Boa Hora preza-se pelos problemas que teve com o ICNF, e que ainda hoje continua a ter, quando vê nas notícias “*GNR multa ICNF*”. Quando, agora, os governantes obrigam as pessoas esta Junta de Freguesia estava à frente do Governo, quando os estava a pressionar para fazer aquilo que agora está a fazer ou para dar autorização para ser feito. -----

----- A senhora Deputada Elisabete Pequeno usou da palavra e disse que se congratula pelas iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidas ao nível cultural em Vagos, nomeadamente as danças desportivas, 3ª Edição RF VAGOS OPEN, evento que decorreu no Pavilhão do Colégio de Calvão com grande qualidade. Agradeceu à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia de Calvão o apoio prestado àquele evento que muito engrandece o Concelho de Vagos, porque é disto que se precisa para trazer alguma coisa interessante para os munícipes vaguenses. Entretanto, realçou também o evento “Entre, Flores, Livros e Artes que decorreu junto à Biblioteca Municipal João Grave com atividades aliciantes. Relativamente à Cerimónia do 25 de Abril referiu que esta só veio conformar aquilo que este Executivo tem vindo a fazer ao longo dos anos e que muito enobrece o

Concelho. A senhora Deputada chamou, também, à atenção para a questão dos cães abandonados e pediu uma intervenção urgente por parte da Autarquia para que a situação não se agrave. Entretanto, pediu também um ponto de situação das reuniões que têm sido feitas com a empresa de recolha do lixo, ou seja, o que é que está a ser feito e de que forma. Outra questão que abordou foi as obras que estão a decorrer na rua do Canabão, com acesso à zona industrial de Vagos. De facto as obras estão a decorrer e são extremamente urgentes. Quem se desloca diariamente para trabalhar na zona industrial tem assistido a vários acidentes e nos dias de chuva complica-se ainda mais. A senhora Deputada pergunta se o senhor Presidente já tem uma data prevista, que possa adiantar, para a conclusão daquelas obras. Para concluir referiu que sendo Vagos um Município “laranja”, e tendo o país assistido ultimamente a algumas “disfunções” do Governo, de que forma é que o Município tenta intervir junta da Administração Central para que se ganhe algum equilíbrio a todos os níveis. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e começou por felicitar o senhor Presidente da Assembleia Municipal pela Cerimónia do 25 de Abril assim como todos os intervenientes. De seguida referiu que gostou muito do discurso do senhor presidente da Câmara Municipal exceto quando falou da Universidade de Aveiro, que por um lado o deixou contente mas por outro lado deixou-o triste, porque o fez recordar de um período em que não houve 25 de Abril em Vagos e que podia também ter vindo para aqui a Universidade Lusíada, e infelizmente isso não aconteceu. A outra questão que abordou prende-se com a época balnear e lembrou que há uns três anos atrás, no Museu da Arte Xávega na praia da Vagueira, o senhor Ministro do Ambiente terá prometido colocar na Vagueira cerca de dois milhões de metros cúbicos de areia. Como até hoje não se ouviu falar mais sobre essa questão o senhor Deputado Perguntou ao senhor Presidente da Câmara se, por acaso, se esqueceu de dar essa informação aos munícipes de Vagos ou se, efetivamente, a promessa ainda se mantém de pé. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e felicitou o senhor Presidente da Assembleia Municipal pela Cerimónia do 25 de Abril. Entretanto, abordou também a questão das obras da AdRA que quando são feitas nos lugares e em estradas secundárias parece que nem se dá por elas, porque só os moradores, praticamente, é que por lá passam. No entanto, esta questão na EN 109 vem por ao de cima que as reparações da AdRA não são reparações nenhuma. A obra ficou como ficou. Entretanto, já houve uma segunda intervenção, porque viu-se lá máquinas novamente, mas a verdade é que ficou tudo na mesma e que obriga as pessoas a andarem quase em contramão. O ideal era resolver a situação de imediato sem estar à espera que aconteça algum acidente através de alguma declaração pública que pressione a AdRA a fazer a intervenção corretamente. Outra questão que abordou prende-se com a limpeza das matas. Saiu a informação da linha de crédito que o Município se candidatou e correu bem. Por outro lado, o senhor Presidente disse que iam começar a ser notificadas, mais uma vez, as pessoas e desta vez para procederem ao pagamento das intervenções levadas a cabo pela Autarquia em substituição dos proprietários. O que o grupo municipal do CDS-PP quer saber é de que forma isto vai ser cobrado, isto é, se a Câmara vai cobrar por intervenção ou por metro quadrado e os preços, porque

consideram que estes valores seriam uma forma importante de as pessoas, sabendo em termos monetária àquilo que se podem “estar a candidatar”, e poderia acelerar por parte dos particulares, a fazerem estes trabalhos. -----

----- O senhor Deputado José Augusto Martins usou da palavra e também ele falou sobre o trabalho do senhor Presidente da Assembleia Municipal nas Comemorações do 25 de abril que deve ser valorizado por todos. No entanto, quis deixar uma pequena observação, ou seja, os membros da Assembleia Municipal são sabedores das Comemorações do 25 de Abril mas é preciso passar um pouco mais a mensagem à população, embora reconheça que é difícil eles participarem, ou estarem presentes, mas seria uma forma de o dia ainda se tornar mais relevante. Entretanto, referiu que não anda aqui há muito tempo, não faz vida da política, e por isso tem uma dúvida em relação à Associação dos Bombeiros Voluntário de Vagos, isto é, se alguma vez, em mandatos anteriores, fizeram alguma viagem ao estrangeiro para angariação de fundos. Esta dúvida surge porque, ao que parece, o senhor Óscar Lopes, em reunião de Câmara, questionou o procedimento das viagens. O senhor Deputado tem ideia de já ter havido alguma viagem mas como não tem a certeza quis que o senhor Presidente lhe confirma-se essa informação, isto é, se eventualmente outra direção não terá feito uma viagem dessas. É que nunca ouviu aqui na Assembleia Municipal nenhuma referência a essas viagens que tão bom resultado têm dado não só aos Bombeiros com àquelas pessoas que estão no estrangeiro e têm vontade de ajudar as instituições da sua terra. As pessoas ao contrário de levantarem algumas dúvidas deviam era valorizar as pessoas que na verdade querem ajudar a sua terra. Em relação à caixa multibanco na praia da Vagueira, já aqui aborda, é um problema que afeta não só comerciantes mas também a população em geral e o senhor Deputado não gostava que acontecesse com este multibanco o mesmo problema que aconteceu com o do Covão do Lobo. O assunto foi muito falado aqui na Assembleia Municipal, foi feita muita pressão junto da Caixa de Crédito Agrícola, de todas as maneiras que se considerou possível, e aconteceu o que aconteceu. Portanto, o senhor Deputado entende que os comerciantes, que na sua maioria até deve ter conta aberta na Caixa de Crédito Agrícola, também devem fazer pressão adequada, porque se forem só a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal pode não funcionar tão bem. Entretanto, deixou uma observação muito pessoal, isto é, aquando da tomada de posse deste Executivo e desta Assembleia ficou um pouco perplexo com a posição dos Deputados do grupo municipal do PS em quererem ficar na primeira linha à frente dos Deputados do grupo municipal do CDS-PP. Passados estes meses o senhor Deputado já chegou à conclusão do porquê dessa questão, é que os Deputados do grupo municipal do PS na primeira linha podem muito bem tomar atenção em quem pede a palavra, porque é uma preocupação bastante importante para eles. Outra observação, que fez, é que o PS tem tido os resultados que tem tido, em Vagos, e por alguma coisa deve ser, porque quando se tem o Presidente da Concelhia do PS a escrever um livro e a fazer a sua apresentação em Aveiro mostra o interesse e o valor que dá à população vaguense. Quando se fala de Vagos deve ser só um trampolim para outros sítios, porque não se preocupam com os vaguenses. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a Riablades. Este é um assunto delicado, e por isso poderá não poder falar de algumas coisa, mas o que tem chegado de alguma população de Vagos são preocupações sobre esta empresa, atendendo a tudo o que tem saído na comunicação social. O senhor Deputado perguntou se o senhor presidente tem alguma informação que possa adiantar em relação a este assunto, isto é, da insolvência da empresa “Mãe” na Alemanha. A segunda questão prende-se com a GNR e com todo o respeito que o senhor Deputado tem por esta entidade e pelo excelente trabalho que tem a GNR de Vagos tem prestado à população, sendo no patrulhamento que tem feito nas freguesias, com resultados visíveis. No entanto, tem havido algumas situações desagradáveis, não com a GNR de Vagos, com patrulhas que vêm de Cacia e da Gafanha da Nazaré. Na zona sul do Concelho fazem questão de à hora da missa passarem em frente à Igrejas, sem sair do carro, e multar as pessoas pelo estacionamento. O senhor Deputado considera esta atitude um abuso de poder aquilo que se está a passar. As multas que passam refecerem-se a estacionamentos privados. O senhor deputado tem em cima da sua secretária duas multas, por estacionamento, a um domingo às onze horas e quarenta e cinco minutos em estacionamento particular, porque dizem eles que é um estacionamento público. Neste sentido, o senhor Deputado solicita ao senhor Presidente que transmitisse esta preocupação ou se já falou com o senhor Comandante, ou com alguém, sobre esta preocupação. A terceira questão refere-se à estrada Rines/Sanchequias, ou seja, as obras estão, neste momento, em curso e além do rebentamento da estrada e do alcatrão que é perfeitamente normal, e a empresa até tem sido breve a repor a parte provisória do pavimento, tem havido outras situações que são os rasgos. A AdRA em Sanchequias abriu um rasgo e tapou com saibro. A Câmara Municipal já repôs, pelo menos, um três vezes o saibro só que com a chuva os cortes do alcatrão estão vincados e passados uns dois dias da reposição a terra desaparece e forma-se um buraco e parece como que lâminas a cortar os pneus aos carros. O senhor Deputado conhece duas situações destas e, por isso, pede ao senhor Presidente que tenha em atenção porque já basta o sacrifício que as pessoas estão a fazer quanto ao transtorno que as obras estão a causar. O senhor Deputado questiona, também, se a obra está a correr dentro dos prazos e como é que os *timings* estão programados. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por dar resposta a uma intervenção feita por um Deputado do grupo municipal do PSD. O PSD brindou os presentes com uma intervenção que não é nada habitual e que não ilustra em nada o PSD e, principalmente, quem a proferiu. A Assembleia Municipal ainda não tem a funcionar a transmissão *online* das sessões mas, pelo menos, fica em ata e quem proferiu estas declarações, com toda a certeza, daqui a uns anos quando as visitar sentirá a vergonha imensa de o ter feito. Embora não mereça nenhum tipo de resposta deixou duas notas. Primeiro, o Partido Socialista não pediu nem exigiu estar na primeira fila. Aquilo que foi falado no início deste mandato é que os porta vozes de cada um dos partidos, CDS-PP e PS, deviam ter assento à frente e, depois, foi por simpatia e por condescendência política da parte do CDS-PP que se chegou a uma solução que teve a cobertura do senhor Presidente da Assembleia Municipal. O senhor Deputado considerou que esta situação

deixa-se as pessoas mais ou menos confortáveis e, conforme se verá, não tinha a ver com outro motivo que não fosse a representação política dos partidos. Quanto à outra questão o senhor Deputado supõe que quem fez a intervenção saiba que o senhor Óscar Gaspar não confunde a política com as questões pessoais. Nunca o fez, nunca fez nenhum ataque pessoal nem confunde quem é que vive em Vagos e quem é que não vive. Isso para o senhor Deputado é irrelevante, na Assembleia Municipal está-se para discutir os problemas de Vagos e para enquadrar soluções para Vagos e para os vaguenses. Considera, absolutamente, lamentável que se queira aqui criar um ataque pessoal a alguém que não tem que provar que gosta tanto de Vagos como os que mais gostam de Vagos o fazem e que não tem, nem na vida pessoal, nem na vida profissional, nem na vida artística, nada a demonstrar e muito menos à pessoa em causa. Mudando de registo, e dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Cerimónia do 25 de Abril correu particularmente bem, congratular-se com isso, e deixou os parabéns pela organização. Entretanto, fez uma sugestão, ou seja, que estas ilustrações, das crianças das escolas do Concelho pudessem constituir uma brochura organizada pela Assembleia Municipal e que pudesse, depois, ser distribuída a quem participou, seria um bom prémio, e um bom incentivo a quem no futuro fosse instigado a participar nas cerimónias. Ainda em relação ao 25 de Abril, por ventura em termos institucionais a Assembleia Municipal e o Presidente da Assembleia Municipal deviam ter outro tipo de tratamento, por outras palavras, dar-se ao respeito a um nível superior, para não dar aso a algum tipo de confusões. Por exemplo, a senhora Deputada Elisabete Pequeno agradeceu ao Executivo a Cerimónia do 25 de Abril. A Guarda aos Bombeiros na Cerimónia do 25 de Abril foi feita pelo senhor Presidente da Câmara e não pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, o que não está correto. O senhor Deputado desconhece o porquê mas considera um erro. Aliás, já defendeu aqui, e entende ser uma boa solução, que a Cerimónia do 25 de Abril podia ser uma sessão da Assembleia Municipal, nos mesmos termos em que se tem a sessão de hoje ser no dia 25 de abril e ser Presidida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, não tirando, obviamente, o protagonismo ao senhor Presidente da Câmara, não é esse o objetivo, sendo estes dois órgãos distintos, cairia melhor à Assembleia Municipal do que ao Executivo Municipal. Nesta linha, o grupo municipal do PS não gostou que o edital corrigido tivesse sido enviado pelo Adjunto do senhor Presidente da Câmara. Não é pela pessoa em causa, obviamente, em relação ao qual tem o maior respeito pessoal, profissional e político, mas não deve acontecer ser uma pessoa de um órgão político, um assessor direto do gabinete do Presidente da Câmara, a enviar um edital de um órgão político que faz o acompanhamento e a fiscalização do órgão executivo. O senhor Deputado compreende que tenham sido questões logísticas, ou de férias de pessoas, que tenham levado ao que aconteceu mas pedia que não se repetisse, porque não lhe parece correto. Uma outra questão que abordou prende-se com a Riablades, já aqui referido pelo senhor Deputado Juan Carlos. Este assunto é algo que preocupa bastante, é um problema muito sério, e coloca aqui todas as cautelas que o porta-voz do PSD colocou. Ainda assim, quis dizer à Câmara Municipal que deve acompanhar, desde o primeiro minuto, e de forma muito atenta, quer as questões da empresa quer as questões políticas que se coloquem, políticas em termos de política geral. O

senhor Deputado recordou que esta fábrica nasceu aqui porque Portugal entendeu em determinada altura fazer uma aposta muito forte no eólico, desde as pás, às turbinas, até mesmo à produção. Portanto, é bem que se acautele e que se mantenha aqui esta fábrica, que é a maior fábrica em termos de empregabilidade do Concelho de Vagos, e, com toda a certeza, os problemas da “casa mãe” repercutem-se na fábrica em Portugal, aliás, começam a repercutir pois já se sabe que há contratos a prazo que não foram renovados nas últimas semanas. Neste sentido, dever-se-á fazer tudo para que a Riablades se mantenha em laboração. Por último, questionou se a comissão de trânsito está ou não a funcionar. Mais à frente ir-se-á discutir a delegação de competência para a Câmara Municipal noutras áreas, também já feita nas Assembleias anteriores, mas a verdade é que mesmo nas competências que a Câmara atualmente tem, por ventura, há lacunas que criam problemas. Os problemas colocam-se, por exemplo, haver sinais de trânsito que são postos em sítios em que não se percebe exatamente porquê, se houve alguma deliberação, se houve algum reacional em termos de ordenamento de trânsito ou se foi apenas uma boa intenção de alguém que mandou colocar este ou aquele sinal. O senhor Deputado apela, não só ao funcionamento da comissão de trânsito, que se tenha muito cuidado com a colocação de sinais tendo em conta que isso afeta a segurança de quem por lá passa. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e esclareceu que em relação à questão do edital tal só aconteceu porque a funcionária da Câmara Municipal que presta apoio administrativo à Assembleia Municipal estava ausente nesse dia. Essa foi a única razão e não outra. Em relação às Comemorações do 25 de Abril todos os contributos são bem-vindos, está-se aqui para melhorar todos os dias e todos os anos a dinâmica e a capacidade de se chegar às pessoas lá fora. O método de trabalho adotado tem sido, na opinião do senhor Presidente da Assembleia Municipal, o mais correto, ou seja, uma organização conjunta da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, contando com a participação dos funcionários da Autarquia, e sempre previamente em conversação e articulação com os líderes dos grupos municipais, que dão os seus contributos. Quantos mais forem a pensar melhor se pensa. Uma Cerimónia do 25 de Abril em de ser isso mesmo, ser aberta a toda a gente e em que todos possam melhorá-la e, portanto, esta é uma base de trabalho correta. A organização será sempre da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal e, com toda a franqueza, o senhor presidente da Assembleia Municipal é de opinião que se deve repensar um modelo e todos terão oportunidade de dar esse contributo. Numa sessão e cerimónia tão nobres não é oportuno retirar a importância e que se perca tempo com questões que são meramente acessórias. Entretanto, deu nota de que a exposição com os trabalhos das crianças dos estabelecimentos de ensino do Concelho irá ser também exposta na Biblioteca e a ideia da brochura será tomada em boa nota, pois será uma forma de reconhecer a participação das pessoas, neste caso das crianças de Vagos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões levantadas pelos senhores Deputados. Em relação aos cães selvagens em Rio Tinto essa questão não foi reportada à Câmara Municipal. Se foi enviada estará a ser tratada, os animais sendo perigosos há a possibilidade de serem ocisados. Se atacaram e se há esse historial de

referenciados a Câmara Municipal pode atuar não sendo não há sítio onde guardar esses animais. No que respeita à reabertura do Posto Médico do Covão do Lobo o senhor Presidente tem estado em conversações com o representante do ACeS, Dr. Pedro Almeida. Aquilo que tem sido reportado é que logo que haja pessoal disponível o Posto Médico do Covão do Lobo reabrirá. O ACeS está, neste momento, a tratar de uma reformulação do sistema de cuidados primários no Concelho de Vagos, haverá novidades em breve. Essa reformulação contempla a manutenção do Posto Médico do Covão do Lobo. Relativamente às estradas Covão do Lobo /Rines e Covão do Lobo/Santa Catarina, esta última não está, para já, nos planos de alcatroamentos da Câmara Municipal. A Câmara Municipal está em fase de adjudicação do plano de alcatroamentos, o plano de prioridades foi feito por parte das Juntas de Freguesia. A estrada Covão do Lobo/Santa Catarina é uma das vias principais em que uma parte já foi requalificada. Entretanto, começaram as obras de saneamento em Rio Tinto e não se iriam fazer estas obras na estrada sem estarem prontas as obras do saneamento. Assim que haja o avançar dessas obras o que está previsto é fazer-se o alcatroamento desde o Rio Tinto até Ouca, Pontão do Tabuaço, e depois continuar com o trabalho até encontrar o trabalho feito em Santa Catarina e seguir para Covão do Lobo. A estrada Covão do Lobo/Rines também é para requalificar na sua totalidade mas tudo depende dos recursos financeiros que haja. No que respeita ao Orçamento Participativo o senhor Presidente não consegue dar as informações solicitadas hoje, porque quem está com esse processo é o senhor Vice-Presidente, que não está presente da sessão por se encontrar de férias. Em Calvão o processo está concluído, os Trilhos em Covão do Lobo já estão no terreno e fica a faltar o ponto de situação de Ponte de Vagos e de Santo André. Relativamente às questões do lixo, da Luságua, têm vindo a ser feitas várias reuniões, como todos sabem. Esta semana chegou um *e-mail*, porque está-se a tentar chegar a um entendimento com a Luságua para resolver a questão definitivamente, que o senhor Presidente ainda não teve oportunidade de ler. Basicamente, o objetivo, neste momento, é fazer “um divórcio por mútuo acordo” com *timings* definidos e preparação de um novo concurso. Esta é, neste momento, a ideia que está subjacente, a proposta chegou esta quarta-feira mas o senhor Presidente não teve ainda oportunidade de a analisar. A proposta também terá de ser analisada com os restantes Presidente da Câmara, de Oliveira do Bairro e Albergaria-a-Velha, porque os três Municípios são de opinião que se chegue a um entendimento igual para se poder avançar com um concurso da mesma maneira que se avançou com este. O objetivo é fazer-se novamente um concurso com os três Municípios. Há um outro concurso que está a decorrer, Águeda, Estarreja, Sever do Vouga e Murtosa, mas os *timings* não davam para juntar Vagos, Oliveira do Bairro e Albergaria-a-Velha, porque o objetivo era juntar os sete Municípios para fazer um concurso ainda maior. Não foi possível e, portanto, ir-se-á tentar que num próximo concurso haja possibilidade, caso os Municípios o queiram, de juntar os sete Municípios. Em relação à comissão de trânsito ela reuniu no início de abril, onde foram discutidos vários assuntos, alguns deles da Freguesia de Ouca. A comissão de trânsito tem reunido regularmente e na última o senhor Presidente esteve presente. Tanto quanto é do conhecimento do senhor Presidente todas as sinalizações que têm sido colocadas vão previamente a comissão

de trânsito, embora isso também não resolva grande coisa, porque os assuntos têm de ir a reunião da comissão de trânsito e tem de haver uma norma da Assembleia Municipal. A Câmara Municipal vai trabalhar no sentido de desenvolver, até no âmbito do plano intermunicipal de mobilidade e transportes da região de Aveiro, que já é antigo, mas aproveitou-se alguns dos dados que veem nesse plano intermunicipal, um trabalho no Município relativamente à questão da sinalização e da circulação. Há aqui uma série de questões que requer um trabalho técnico muito profundo, como a contratação de uma equipa técnica mas não está ainda definida a estratégia. Entretanto, houve a deslocação de alguns elementos da comissão de trânsito com a GNR a alguns sítios para verificar determinadas situações, nomeadamente na Freguesia de Ouca. Relativamente às situações provocadas pelo furacão Leslie não há novidades nenhuma sobre candidaturas e, portanto, à partida a Autarquia vai ter de aguentar com os prejuízos. O senhor Presidente informou de que recebeu muito recentemente o resultado da candidatura que foi feita para a reconstrução do que ardeu em outubro de dois mil e dezassete. Numa decisão que é absolutamente “vergonhosa” por parte do Governo que cativa parte das verbas dos Municípios. A União Europeia enviou cinquenta milhões de euros para fazer face às despesas com os incêndios e o Governo cativou mais de metade desse valor, cerca de vinte e seis milhões de euros, e distribuiu o restante pelos Municípios e todos têm cortes. Sobre as palmeiras estas fizeram parte de uma empreitada que teve um projeto. O projeto, da Agência Portuguesa do Ambiente e que a Câmara Municipal herdou, e muito bem, era o da requalificação da frente marítima onde estavam incluídas as palmeiras que na altura foram plantadas em desacordo com a Autarquia. Na altura a Câmara Municipal entendeu que algumas das palmeiras já não estavam “de saúde” quando lá foram colocadas e, neste momento, anda a ser discutido com o empreiteiro de quem é a responsabilidade da substituição das palmeiras. A Câmara Municipal entende que essa responsabilidade deve ser do empreiteiro. Contudo, está a ser trabalhada com o empreiteiro uma solução para, eventualmente, encontrar algumas árvores que se adaptem melhor ali. De todas as formas o Executivo Municipal está atento a essa situação, tal como a outras, ou seja, estão a ser feitas já uma série de intervenções: repor o passadiço na praia da Vagueira, a sul; a tratar das casa no centro da Vagueira. A questão das casas florestais como todos se recordam esta Assembleia Municipal aprovou há pouco tempo a transferência de competências na área do património e agora aguarda que por parte do Governo haja um pronunciamento sobre quais são as propriedades que vão entrar e há a esperança que as casas florestais entrem. Há uma casa florestal que não é no Concelho de Vagos que o senhor Presidente entende que deve ser demolida, até pelo perigo que oferece, que é a que faz fronteira com a Gafanha do Carmo e a Gafanha da Boa Hora, no enfiamento da estrada que foi há pouco tempo requalificada. A casa florestal que se situa na estrada Vagos – Vagueira deve ser para manter. Aliás, a Câmara Municipal tem um projeto para um percurso pedestre naquela zona e propôs ao ICNF ficar com a gestão daquele património. O ICNF na altura pediu dinheiro e, portanto, andou-se em negociações até que surgiu este processo da transferência de competências e as negociações pararam, porque há a esperança de ficar com ela de forma gratuita. Se fizer parte do processo e entregue gratuitamente à Câmara Municipal que terá, depois,

de gastar dinheiro a requalificá-la. Entretanto, o senhor Presidente fez uma pequena correção àquilo que o senhor Basílio disse sobre a Universidade de Aveiro. O que o senhor Presidente disse, no discurso das Cerimónias do 25 de Abril foi que a Universidade de Aveiro foi uma das conquistas de Abril. A Universidade de Aveiro é de mil novecentos e setenta e três antes do 25 de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, e o que disse foi que isso foi uma consequência dos jovens em Coimbra que queriam uma Universidade moderna, num Portugal Moderno, e que surgiram três Universidades como resposta do regime, e foi uma boa decisão do regime e na altura de um Ministro, absolutamente transversal a todos, o Dr. Veiga Simão. Não fez referência a este assunto para ressaltar qualquer mérito do antigo regime e sim como um facto histórico. Historicamente a fundação da Universidade de Aveiro é de vinte e três de dezembro mil novecentos e setenta e três, em boa hora a todos aqueles que ajudaram e se o senhor Basílio foi um deles muitos parabéns por esse facto. Relativamente ao Despacho da esterilização, referido pelo senhor Deputado Bruno Julião, a Câmara Municipal já está a fazer a candidatura. Em anos anteriores a Câmara Municipal não se candidatou, porque, tanto quanto o senhor presidente sabe, isto é uma novidade. No ano passado houve uma candidatura para os centros de recolha, com valores absolutamente ridículos que nem davam para os projetos. A estratégia da região é, juntando ao centro de recolha de Ílhavo, criar mais três centros de recolha, um em Águeda, outro em Ovar e outro em Aveiro. Esses três centros de recolha, que já estão em fase de projeto, terão por objetivo recolher os animais dos onze Municípios da Região de Aveiro. Paralelamente a isso está a ser desenvolvida uma ideia e um conceito, como não pode ser um centro de recolha, uma espécie de transitário, um sítio onde os animais ficam até transitarem depois para o centro de recolha. A Câmara Municipal irá criar algumas boxes para quando recolher os animais eles possam ficar ali e, depois, transferidos para o centro de recolha. Mas, neste momento, esta questão dos animais abandonados é transversal a todo o país e é uma preocupação partilhada por todos os Municípios. Neste momento, as Câmaras Municipais não têm forma de recolher os animais. Não podendo ocisar os animais ter-se-ão de recolher e não há canil que aguente, porque infelizmente ainda se continua a abandonar muitos animais. O Município de Vagos está a oferecer a esterilização, vacinação e chipagem a todos os animais que sejam adotados. Esta é uma despesa que o Município suporta mas é uma forma de incentivar as pessoas a adotarem os animais e tem corrido bastante bem. A questão do plano municipal de florestas contra incêndios foi aprovado em reunião, há uns quinze dias, com uma abstenção do ICNF. Apesar de não se ter conseguido convencer o ICNF, nem o senhor Presidente, nem os senhores Presidentes de Junta, nem a GNR, a votar a favor o plano foi aprovado. E o ICNF não votou por uma razão muito simples e ridícula, ou seja, esta entidade entende que o estradão da Lomba e o estradão de Calvão não são para a circulação e, portanto, não requerem a limpeza da faixa de proteção. Estas vias não estão na rede secundária deles e sim na terciária e, por isso, eles não a vão limpar. O senhor Presidente, na referida reunião, confrontou a representante do ICNF para o caso de haver ali um acidente como é que se fazia mas não foi o suficiente para demover a senhora da posição que tomou. Contudo, ficou em ata que a posição da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia assim como a do

ICNF. O plano está aprovado, terá alguns passos para percorrer, um deles é vir aqui à Assembleia Municipal, mas em termos de comissão está aprovado. Relativamente ao plano municipal de emergência da proteção civil de Vagos este não vai ser revisto, porque está em vigor, desde dois mil e quinze, e está no *site* do Município para quem quiser consultar, e é válido por cinco anos. Entretanto, foi revisto em dois mil e dezoito e essa revisão tem um prazo de validade de três anos, portanto, está tudo conforme a lei. Em relação ao papel do senhor presidente da Câmara enquanto responsável na CIRA da proteção civil há aí uma série de confusões, nomeadamente na reunião com o senhor Ministro que não ocorreu, porque o senhor Ministro não veio, nem o senhor Ministro nem o senhor Secretário de Estado, e a reunião foi adiada. A CIRA não tem essas competências e o senhor Presidente tem, mas é não é no âmbito da CIRA, no âmbito da Comissão Distrital da Proteção Civil que tem um plano distrital em vigor que conjuga todos os planos municipais de emergência e proteção civil de cada um dos dezanove Concelhos da Região. Recentemente foi publicada uma legislação sobre a transferência de competências na área da proteção civil e em breve a Assembleia Municipal terá de discutir e manifestar-se sobre esse diploma. Paralelamente a isso na Cira está a ser desenvolvido um projeto, aliás foi aprovada a candidatura, no âmbito da proteção civil financiada pelo POSEU de avaliação de riscos na Região de Aveiro. Um projeto de cerca de oitocentos mil euros, que está em desenvolvimento, e em breve será lançado o concurso para levantamento dos riscos na Região de Aveiro e depois para construção de uma plataforma de apoio à decisão no âmbito intermunicipal. Em relação ao desassoreamento da ria de Aveiro o senhor Presidente congratula-se muito com esse projeto, pois mau seria se em quatro anos de Governo não houvesse uma medida positiva. É verdade que há décadas que esse problema está a ser tratado. Quando este Governo chegou já tinha uma parte significativa do trabalho feita, nomeadamente, o estudo de impacto ambiental. Este mesmo Governo prometeu há três anos atrás os shots de areia. No dia em que o senhor Ministro do Ambiente esteve na Vagueira foi assinado um acordo entre a Agência Portuguesa do Ambiente e a Administração do Porto de Aveiro que previa o lançamento na Costa de dois milhões de metros cúbicos e areia. Esse processo está há três anos para lançar um concurso por parte deste Governo. O senhor Presidente referiu que não com está com isto a querer retirar o mérito a este Governo, até porque a dragagem só avançou pela vontade política do Ministro do Ambiente, mas se dependesse da vontade do senhor Ministro das Finanças provavelmente o processo não avançava. Uma das coisas boas que a Polis Litoral da Ria de Aveiro herdou do anterior Governo foi que esse dinheiro ficou sempre cativo. A criação da Polis e a realização do capital social da Polis foram duas boas criações do Governo de José Sócrates. O que aconteceu no Governo seguinte é que esse dinheiro nunca foi retirado à Polis e manteve-se para este Governo e, portanto, a obra só avançou porque a Polis nunca deixou de ter o dinheiro disponível e isso foi essencial para que o processo de desassoreamento avançasse, tal como foi essencial que o estudo de impacto ambiental, que é um processo muito complexo, também avançasse. Portanto, parte do trabalho estava feita. Depois, toda a parte do concurso, que demorou o seu tempo, e uma série de contratemplos que aconteceram, foi possível. Em relação à EN109 esta Assembleia Municipal decidiu aceitar essa competência mas até hoje a Câmara

Municipal não recebeu qualquer tipo de resposta por parte do Governo. Apesar disso, o senhor Presidente já entrou em contacto com a AdRA dando nota do trabalho que foi feito, a ampliação de rede de saneamento pedido pela Câmara Municipal, e ampliou-se a rede até onde deu cota máxima. Essa obra esteve para começar três vezes e não começou por falta de licença do IP e agora terá de ser esta entidade a fiscalizar, embora o senhor Presidente já tenha chamado à atenção da AdRA para o estado em que ficou a via depois das obras. Relativamente às ligações wi-fi estas estão a funcionar, o que se fez foi diminuir a largura de banda por cada um dos utilizadores porque até filmes do netflix se viam. No que respeita ao multibanco da praia da Vagueira se a Câmara Municipal não considerasse que era uma prioridade ter este equipamento naquele local não teria investido o dinheiro que investiu a construir aquele *bunker* para que uma instituição bancária, a única que se conseguiu, lá colocasse uma máquina multibanco. O senhor Presidente está absolutamente em linha com as preocupações dos membros da Assembleia Municipal, ele próprio já reuniu com a Caixa de Crédito Agrícola e o que foi dito, por parte desta instituição, é que durante o mês de maio a máquina voltará a ser reinstalada. Sobre a questão das ervas na praia da Vagueira, as intervenções mais profundas, para preparação da época balnear, estão a começar a ser feitas. Em relação à rotunda as ervas não vão ser cortadas porque é um prado de sequeiro e as ervas não podem ser cortadas, mas irá ser colocada lá informação a explicar essa situação. Relativamente à divulgação dos eventos promovidos e apoiados pela Câmara Municipal esta é feita na agenda municipal, que é publicada todos os meses, nas redes sociais, muitas das vezes saem, previamente, na comunicação social e, portanto, o senhor Presidente não vê muito mais que se possa fazer. No entanto, se houver ideias poderão fazê-las chegar à Câmara Municipal. Relativamente aos montes de lixo, a senhora Vereadora Dulcília Sereno está a trabalhar num plano. Em relação, por exemplo, à montoeira de Ponte de Vagos, já aqui referida por diversas vezes, está a ser preparado um plano para a desmobilizar mas para atuar na prevenção, porque o senhor Presidente considera que esse é o caminho certo, ou seja, atuar na prevenção. Recentemente foi aprovada uma candidatura ao fundo ambiental em que um dos projetos que tem é, para além de reaproveitar óleos usados para fazer sabonetes, é fazer também a distribuição nas escolas de mini ecocentros para as crianças, neste caso o pré-escolar e o primeiro ciclo, levarem para casa. No que respeita às obras na rua das abelhas esta tem um prazo de conclusão de quatro meses. Relativamente às obras no Palacete Visconde de Valdemouro a candidatura já foi feita, dia seis de maio o senhor Presidente irá ter uma reunião com o IGAC porque há uma pequena questão no projeto que não foi aceite por esta entidade e é uma coisa fácil de explicar. O IGAC quer que os lugares para pessoas portadoras de deficiência sejam distribuídos por toda a sala e o que o senhor Presidente irá tentar explicar ao IGAC é que com o declive de terreno que se tem requer uma reconfiguração completa da sala e perder muitos lugares. O projeto prevê oito lugares para pessoas portadoras de deficiência, quando só devia ter seis, estão é todos na última fila que tem o acesso mais facilitado. Portanto, o intuito da reunião é pedir ao IGAC que tenha a compreensão/sensibilização em relação a esta questão. Na parte do palco, e do acesso ao palco, essa situação vai estar prevista, vai ter uma plataforma elevatória. Em

relação à limpeza das matas o que está previsto é que o custo a reportar será o custo pago que rondará os novecentos e noventa e seis euros mais IVA o hectare de terreno. O senhor Presidente referiu que às vezes fica um pouco convencido que o PS, apesar de ter apenas dois deputados na Assembleia Municipal, quer ter a totalidade do protagonismo da Assembleia Municipal, e entende que todos devem ter bom senso e não ser reféns de ditaduras de minorias. Ninguém quer ditaduras de maiorias mas o senhor Presidente revesse mal na ditadura de minorias que os dois Deputados do PS querem sempre impor a esta Assembleia Municipal. Esta atitude deixa-o sempre um pouco constrangido, porque tudo o que vem do Partido Socialista, nesta Assembleia, parece que é correto e tudo o que vem do PSD é absolutamente incorreto. Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança está em finalização a adaptação do regulamento que surge em consequência da transferência das novas consequências. Em breve será agendada a reunião do Conselho Municipal de Segurança, como já houve em outras ocasiões. No que respeita à caixa de multibanco em Covão do Lobo o senhor Presidente ressaltou o trabalho da Junta de Freguesia de Fonte Angeão e Covão do Lobo, porque conseguiu arranjar uma forma de substituição parcial da Caixa de Crédito Agrícola. Em relação à viagem dos bombeiros, o Presidente da Câmara, normalmente, não encara as associações pela cor partidária daqueles que estão à frente ou que participam nelas. O tratamento que a Câmara Municipal deu neste caso particular a esta viagem, que o senhor Vereador do CDS coloca em causa, foi exatamente o mesmo tratamento que deu noutras ocasiões, nomeadamente há quatro anos quando houve a festa em Salt River, e que tinha como Presidente da Direção o senhor César Grave. É verdade que as pessoas que se constituem associação não têm uma associação e não existe um convite formal ao Presidente de Câmara esse convite é feito através da direção dos bombeiros, foi assim em dois mil e catorze e foi feito assim em dois mil e dezanove. O importante é que não há qualquer violação de norma legal. Não menos importante é que foi possível juntar a comunidade vaguense no Canadá, neste caso em Toronto, cerca de seiscentas pessoas e trazer cerca de trinta e dois mil euros para ajudar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vagos. A questão da GNR e as patrulhas terá de ser vista e analisada em reunião da Comissão de Trânsito, porque ter-se-á de definir zonas de estacionamento e articular com a GNR. É óbvio que nesta fase das obras não faz muito sentido que a GNR atue dessa forma que o senhor Deputado Juan Carlos aqui explicou e, por isso mesmo, é que o senhor Presidente já falou com o Comandante do posto para que haja alguma condescendência. Na estrada Rines/Sanchequias as intervenções da AdRA que estão a surgir, relativamente às ruas secundárias, foi um pedido da Câmara Municipal de modo a ficar já feita a ligação à rede de saneamento para depois mais tarde não se andasse a rebentar a estrada. O que está a tentar fazer é minimizar, para futuro, o número de situações de intervenção na estrada. Sobre a questão da Ria Blades a empresa “mãe” na Alemanha está com problemas, pediu a insolvência, que não é exatamente o mesmo sistema que existe em Portugal. No fundo esta insolvência é só para se proteger dos credores. O senhor Presidente sabe que as necessidades de curto prazo eram de cem milhões de euros e pensa que essa dificuldade possa ser ultrapassada em breve. Em relação à empresa portuguesa o que senhor Presidente tem feito é, exatamente o

que o senhor Deputado Óscar Gaspar sugeriu, manifestar disponibilidade para qualquer tipo de ação política que seja necessária desenvolver junto do Governo, servindo de intermediário entre a empresa e o Governo. Esta foi uma aposta do país na criação do “cluster” das renováveis e daí surgiu a Ria Blades. A empresa tem tido resultados muito positivos e, por isso, o senhor Presidente acredita que apesar das dificuldades que existe, e que são evidentes no grupo e na “casa mãe alemã, é possível que a empresa continue a laborar. A questão da dispensa de alguns funcionários com contratos a termo é um facto que existiu sempre na Ria Blades. Quando têm mais trabalho contratam mais mão de obra temporária e quando têm menos trabalho dispensam essa mão de obra. Este é um assunto que a Câmara Municipal está a acompanhar de perto junto da Administração da Ria Blades e do Núcleo Empresarial de Vagos. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião pediu para voltar a usar da palavra, desta vez em defesa da honra, por entender que o grupo municipal do PSD na sessão de hoje fez alguns ataques organizados ao Partido Socialista e nesta segunda o Presidente do Executivo Municipal disse que o “grupo parlamenta do PS tenta impor uma ditadura de minoria nesta Assembleia Municipal.” O senhor Deputado perguntou em que é que o senhor Presidente se baseia para dizer isso. A Mesa não devia aceitar este tipo de intervenções aqui na Assembleia Municipal porque todos os grupos municipais, nomeadamente estes autarcas não profissionais que são os deputados municipais, que estão aqui da forma mais qualificada e credível que sabem. No ponto antes da ordem de trabalhos o senhor Deputado trouxe cerca de dezassete assuntos, e o seu colega de bancada trouxe outros tantos, e vão continuar a estar assim na Assembleia Municipal. O senhor Deputado não aceita esses comportamentos e a Mesa também não devia aceitar. -----

----- O senhor Presidente da Mesa usou da palavra e disse que quem o conhece sabe que gosta que se debatam as ideias. É legítimo e é normal, em democracia, até pelas cores partidárias que representam, que haja esse confronto de ideias. Aquilo que se passou hoje, imediatamente a seguir à Cerimónia do 25 de Abril, não foi o registo a que os membros desta Assembleia têm habituado que neles depositou confiança que foram os vaguenses. Todos podem e devem ser mais respeitosos uns com os outros apesar da diferença de opiniões que é legítima e normal em política. Quem viu a cerimónia de ontem e que vê o comportamento deste órgão hoje, para todos os que querem dignificar a política e a Assembleia Municipal, não foi nada dignificante. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- **E – Período da ordem de trabalhos:** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. No entanto, aproveitou para fazer uma pequena correção, ou seja, na página dezanove, no ponto cinco – contratos de requalificação

do centro de Covão do Lobo, o valor do contrato de empreitada não é o correto. Não são trezentos e vinte e quatro mil setecentos e cinquenta e cinco e setenta e oito, como está escrito, mas sim noventa e quatro mil oitocentos e setenta e dois euros. -----

----- Quando eram cerca das vinte e uma horas os senhores Deputados Filipe Jorge e Arlindo das Neves abandonaram a sessão. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que tem alguns pontos a abordar, sendo que um deles já foi parcialmente respondido pelo senhor Presidente e que tinha a ver com o ponto de situação do projeto de requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro. O senhor Deputado questiona se este projeto, que ao que parece já está numa fase final, irá ser divulgado e como é que vai ser divulgado, até para haver aqui quase que um desígnio municipal para as pessoas acompanharem esta obra desde o princípio e fazerem dela sua para, depois, quando for uma realidade estarem mais interiorizadas com este processo. Relativamente à execução orçamental é um clássico já deste executivo, 17% da receita e 15% da despesa. Está-se em finais de abril e, embora não sejam questões lineares, devia estar-se, pelo menos, entre os 30% e os 35% de execução e vai-se em metade. Em relação ao PAEL e do empréstimo bancário de dois milhões de euros o grupo municipal do CDS considera que também, à imagem da questão do Palacete, que a informação do senhor Presidente devia acompanhar ou informar mais este órgão. O senhor Deputado questiona se já há propostas, se a Câmara já consultou o mercado, já há propostas que possam ser avaliadas, quando é que esta transferência para o “mercado particular” poderá ser uma realidade. Se o senhor Deputado não está em erro 2,7%, hoje em dia, de um empréstimo de dois milhões de euros, havendo esta possibilidade que já não se está sob alçada do PAEL, que pode ser renegociado qual é a expectativa, e se será ainda no próximo mês que irão haver novidades sobre esta questão. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder ao senhor Deputado e sobre o projeto do Palacete informou que o projeto já foi presente a Reunião de Câmara, já no mandato anterior, numa fase em que se estavam a ultimar alguns detalhes, naquilo que seriam as valências e o objetivo final da requalificação do edifício. De facto não foi presente à Assembleia Municipal mas o documento que tem por base a definição do projeto é a PARU, que foi aprovado pela Assembleia Municipal. A estratégia está já definida na PARU. O projeto de execução será aprovado em sede de Reunião de Câmara, seguindo os passos e as tramitações normais, e depois poder-se-á agendar uma sessão pública para apresentação do projeto. Em relação à questão do PAEL já foi dado início ao processo e agora terá de correr as tramitações normais num processo destes e depois terá de vir à Assembleia Municipal, altura em que será dado conhecimento da avaliação das propostas. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara extraordinária do dia 15 de abril de 2019. -----

----- **PONTO DOIS: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação, antecipadamente, enviada aos membros da Assembleia Municipal. No final disponibilizou-se para os esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e começou por dizer, porque entende que tem de o fazer, que há mais gente que se deve sentir envergonhado quando se lembrar desta Assembleia Municipal e dirigindo-se aos senhores Deputados do grupo municipal do PS referiu que deviam ter vergonha quando se lembrarem das palavras que dirigiram ao grupo municipal do PSD. O senhor Deputado referiu, ainda, que se revê nas palavras que o senhor Presidente utilizou quando se referiu aos Deputados do PS. Quanto às contas, no ano passado nesta altura e à posteriori, depois quase no final do ano, o senhor Presidente disse que era um compromisso de que a dívida não iria aumentar e conseguiu cumprir com o prometido. São só 0,4%, não é muito, mas não aumentou. Entretanto, deixou uma questão quanto aos ativos, ou seja, nas transferências e abates havia um saldo inicial de cento e quarenta e cinco milhões de euros, depois há aumentos de dois milhões cento e setenta e cinco mil e as transferências e abates de dois milhões cento e quarenta e quatro. A pergunta é a que é que estas transferências e abates se referem. -----

----- O senhor Deputado Xavier Prior usou da palavra para partilhar com os presentes um pequeno debate que teve com a sua equipa da JSD relativamente à prestação de contas. Percebendo o impacto que a população tem relativamente às receitas da Câmara Municipal, ao bem-estar, à evolução e ao desenvolvimento da indústria em Vagos considera a JSD que seria interessante que na prestação de contas ser apresentada uma análise demográfica anualmente da população, a nível de faixas etárias, a nível de quantos jovens trabalham nas zonas industriais do Concelho, a nível das reformas. Seria interessante para se perceber a evolução que se está a ter e qual será o impacto de futuro em relação a esta temática. Consideram, também, como ponto de interesse a retenção de talento e poderia vir a ser um indicador interessante para acompanhar durante um ano. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por referir que para ele esta é uma das sessões mais importantes da Assembleia Municipal. É o momento em que o Executivo Municipal vem aqui e presta contas daquilo que fez, e daquilo que foi feito, tendo em conta o que a Assembleia aqui aprovou, neste caso em dezembro de dois mil e dezassete. A apresentação que vai fazer sobre a prestação de contas é um trabalho realizado em conjunto com o Presidente da Concelhia do PS, senhor Paulo Gil Cardoso. Assim sendo, em relação à questão da prestação de contas o senhor Deputado afirma que se tivesse de apresentar apenas um quadro representativo do que foi a execução seria um onde basicamente todos os números seriam a vermelho. O que nem sequer poderia ser muito negativo, porque algumas das despesas, por ventura, mereciam ter alguma poupança. Mas, a verdade é que está tudo a vermelho: receitas; despesas. O nível de execução, mais dramático, é exatamente em termos das receitas e despesas de capital. Há uma execução que fica a 61% em termos de venda de bens de investimento, 88% em termos transferência de capital e, portanto isso reflete-se no facto das aquisições de capital e do investimento do Município ter ficado 65% abaixo daquilo que estava previsto. Em termos globais há

um total de despesa de capital que tem um desvio 50%. Não se está a falar de desvios marginais e sim de desvio de muitas casas decimais. Fazendo uma análise mais exaustiva, em dezembro de dois mil e dezassete o grupo municipal do PS teve o cuidado de dizer aos membros da Assembleia Municipal, principalmente aos mais novos neste cargo, para não ligarem muito ao orçamento. O orçamento não valia de facto muito, era um papel, era um compromisso no ar e, portanto, só o Presidente da Câmara sabia aquilo que entendia que deveria ser executado. Os membros da Assembleia municipal não sabiam e estavam lá um rol de investimentos que nunca na vida seriam executados e o executivo sabia muito bem disso. O senhor Deputado Bruno Julião também chamou, na altura, à atenção que uma coisa de que o senhor Presidente da Câmara Municipal não gosta é de investir na educação. Esta foi a posição do PS na altura e a posição do PSD também foi muito clara e o que disse foi que a oposição falava mas que aquele era o orçamento do PSD, o orçamento com a qual foi a eleições e na base do qual ganhou as eleições e que aquele é que era o bom investimento. O senhor Deputado Juan Martins afirmou que haviam ali três obras que só por si valiam três milhões de euros de investimento e, portanto, até levar-se-ia a mal que não se aprovasse o orçamento em causa. O senhor Deputado Nuno Moura deixou na altura a nota de que era importante honrar compromissos eleitorais. Isto foi o que o executivo e o PSD disseram em dois mil e dezassete e agora está-se a avaliar o que é que aconteceu em dois mil e dezoito. Em termos de planos de investimento e da aquisição de bens de capital os números são estes: dos seis milhões e seiscentos mil euros previstos para a aquisição de bens de capital a execução foi de dois milhões e duzentos mil euros, ou seja, em termos percentuais, o que foi feito foi 35% daquilo que estava previsto. O senhor Deputado havia dito em dezembro de dois mil e dezassete que considerava que metade das obras seriam feitas. Afinal, foi apenas um terço das obras. A distância em relação àquilo que era a promessa eleitoral do PSD foi, de facto, muitíssimo. E não é só o valor em si, é também as áreas em que isto aconteceu. Analisando a repartição do plano plurianual de investimentos pelas áreas verifica-se que a área maior é transportes e comunicações, o que é lógico e habitual. O que custa mais a perceber é como é que a educação se resume a uma “fatiazinha” de dezassete mil euros. Vendo isto de outra maneira, a verdade é que a educação mereceu 1% dos investimentos realizados pela Câmara Municipal de Vagos em dois mil e dezoito, segundo os números da própria Autarquia. Do ponto de vista do senhor Deputado tão ou mais grave do que isto é que neste documento da prestação de contas a execução na cultura em termos de plano plurianual de investimentos foi zero, zero de execução, zero euros. Ao percorrer o relatório de gestão verifica-se que há um aumento da receita cobrada, embora, de facto, o que aumentou não foi a receita cobrada. A única coisa que aumentou, de facto, foram os financeiros que passaram de quatrocentos mil para um milhão duzentos e setenta e quatro, ou seja, o que aumentou de receita foi o endividamento da Câmara. Em relação à área da despesa o próprio relatório assume que basicamente o que esteve em causa foi a beneficiação da estrada municipal 598, que é a responsável também pela receita tendo em conta o passivo financeiro que foi conseguido. É de facto o orçamento de uma obra só, não se vêm lá outras. Há pouco o senhor Presidente da Câmara disse que esta era a execução financeira e contabilística e os serviços

fazem estes mapas. É verdade, mas isto é um documento político e decorre de posições políticas da execução política do orçamento. O senhor Deputado não consegue compreender como é que um relatório de prestação de contas não tem uma palavra em termos de educação e nem uma palavra em relação à cultura e a única obra que realce é a beneficiação da estrada municipal 598. Passando dos números às obras, que é aquilo que realmente interessa aos vaguenses, que deviam ter sido feitas, que foram prometidas, e que não tiveram execução. No caso das obras referenciadas a questão não é terem pouca execução, não é terem ficado aquém daquilo que estava previsto é terem tido execução zero. Todas elas, desde a requalificação e ampliação das escolas básicas de Soza, Ouca, Quintã, Vigia e Cabecinhas, à requalificação das vias principais de Salgueiro e Fontão, a execução é zero. Entretanto, no que respeita à demonstração de resultados, que o senhor Deputado considera que não é das questões mais importantes a discutir num relatório de contas, verifica-se que se passa de um prejuízo de dois milhões e setecentos mil euros para um prejuízo de um milhão e setecentos. Por aquilo que o senhor Presidente também chamou à atenção, que foi a alteração do critério contabilístico das amortizações vale, neste caso, um milhão e trezentos mil euros, ou seja, caso se tivessem mantido os mesmos critérios, se tivessem sido feitas as mesmas amortizações ao mesmo nível dos anos anteriores o prejuízo seria superior a três milhões de euros. Nesse caso estar-se-ia novamente no limiar daquilo que foi o recorde dos prejuízos da Câmara Municipal de Vagos. E esta alteração de critérios o que é? Basicamente tem-se as amortizações a um ritmo normal tendo em conta uma determinada taxa de amortização, muitas vezes prevista na lei, e chegando, por exemplo a dois anos do fim das amortizações sabe-se o que é que falta amortizar nos dois anos seguintes. A Câmara Municipal de Vagos no ano passado, não se percebe exatamente porquê, qual foi o objetivo, fez aqui um corte e fez uma análise àquelas estradas que entendeu que a vida útil era superior àquela que estava prevista. O que fez foi manter o valor que estava valor líquido mas aumentou as amortizações de maneira a ter menos amortizações do que aquelas que eram devidas. O senhor Deputado não consegue perceber o alcance político e económico desta operação. Não conhece nenhum precedente nas Câmaras Municipais aqui à volta, não vê no regulamento de inventário e cadastro, que a Câmara tem, nenhuma abertura para esta operação, e recordou o artigo 25º e seguintes do regulamento, que preveem a questão das amortizações, e esta possibilidade não consta. Conseguiu-se abater o resultado líquido mas o senhor Deputado não percebe qual foi o intuito político principal. O senhor Deputado considera que algumas matérias deviam e mereciam ser discutidas numa reunião prévia a esta mas como não houve vai explicar o que é que esteve aqui em causa. Em causa está a estrada nacional 595, referida no relatório, e há aqui qualquer coisa ou quaisquer coisas que não batem certo. Por exemplo, é dito que esta estrada tem tido uma amortização de 6%, e 6% sobre o valor da estrada dá qualquer coisa como vinte e sete mil euros. Só que vinte e sete mil euros não é o valor da amortização que está ali e, portanto, há aqui qualquer coisa que não bate certo. Ou a amortização não era esta ou a taxa de amortização não estava correta. Mas há mais coisas estranhas neste mapa. Se a amortização, de facto, é como aqui diz, de sete mil euros por ano, e se já foram amortizados trezentos e trinta e sete mil euros, que é a diferença entre o valor inicial e o

valor líquido, quer dizer, então, que já foram amortizados quarenta e seis anos. Este mapa o que diz é que a vida útil da estrada eram dezasseis anos. Nesta estrada há outro aspeto muito curioso, isto é, passados estes anos a vida útil da estrada é maior do que o momento inicial. Até aqui considerava-se que a estrada tinha vida útil de dezasseis anos, agora, mesmo antes de fazer a análise, já se diz que tem mais dezassete anos e, depois diz-se que afinal o acréscimo de vida útil, neste caso, que era zero. Há aqui grosso erro nestas diversas colunas. A Câmara Municipal diz que até aqui as amortizações eram feitas a 6% e que dava sete mil euros. Agora, as amortizações passaram para 5,6% mas o valor é exatamente igual. Há aqui uma conta de multiplicar que não bate certo, e um dos fatores pode ser a conta estar mal feita. O senhor Deputado quando leu os mapas não conseguiu, e ainda não consegue, perceber como é que se chegou aqui. Entretanto, terminou a análise das contas com uma preocupação para o futuro, e que também é uma preocupação recorrente, ou seja tendo em conta aquilo que foi a execução de dois mil e dezoito foram confrontados com um orçamento para dois mil e dezanove, aprovado há poucos meses, onde mais uma vez o que se tem é que o previsto na despesa de capital é 140% acima do executado em dois mil e dezoito. Assim sendo, isto dá bem nota da razoabilidade daquilo que é as previsões, daquilo que foi apresentado e daquilo que foi votado. Enquanto for assim, e repetindo o que disse em dois mil e dezassete, o senhor Deputado tem muito pouco respeito por aquilo que são os documentos do orçamento e tem, sim, respeito pelos documentos da prestação de contas que são os verdadeiros e que retratam aquilo que é a realidade do Concelho de Vagos. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referindo-se à página sete do documento de prestação de contas o que o grupo municipal do CDS-PP tem a dizer é quanto à execução orçamental da parte da receita não há muito a comentar. O que salta à vista para este grupo municipal são efetivamente as receitas angariadas através das taxas de loteamentos e obras, que preocupantemente diminuíram 20%. O que se conclui, numa primeira análise, é que se está a construir menos no Concelho de Vagos, o que por arrasto faz com que o setor da construção esteja em curva decrescente ao contrário do que acontece na maior parte do país onde este setor está outra vez a quer voltar aos tempo áureos. Na página oito, outro aspeto que referiu é o facto das transferências de capital terem diminuído 41,7%, justificadas com o atraso na arrecadação de fundos comunitários relativamente ao atraso de lançamento dos avisos de candidatura. Espera-se que de hoje a um anos se esteja aqui com estas transferências de capital lá em cima, que é sinal de que a obra do Palacete Visconde de Valdemouro e outras estão a ser executadas e que os valores vão subir. Quanto à execução do orçamento, 81%, já com orçamento retificado, diz muito, ou seja, 19% ficaram por fazer. Há que ter em conta que este é o melhor valor dos últimos três anos. Relativamente aos proveitos, o total dos proveitos diminuiu 2,7% em relação a dois mil e dezassete, no ano em que foram reconhecidos os proveitos da alienação dos armazéns municipais. A verdade é que se passou parte do ano de dois mil e dezassete e grande parte do ano de dois mil e dezoito a dizer que o valor da alienação dos armazéns municipais iria ser utilizado, que se iam construir uns armazéns novos, que este valor ia ser aplicado logo de seguida na construção dos armazéns. Entretanto, está-se em abril de dois mil e dezanove e o dinheiro

destinado à construção dos armazéns municipais está a ser aplicado em rendas, em criação de património, a privados ao contrário do que se faz em outros Municípios deste país onde o património municipal cresce, em Vagos temos o contrário. Na página catorze pode verificar-se um resultado líquido negativo de praticamente dois milhões de euros, um milhão e setecentos mil euros. Bem se sabe que o senhor Presidente não gosta que a Câmara Municipal seja comparada a uma empresa privada mas a verdade é que se o fosse teria dado um milhão e setecentos mil euros de prejuízo. Outro assunto que preocupa o grupo municipal do CDS-PP é o enorme aumento das dívidas a Instituições Particulares de Solidariedade Social e a Freguesias. Algumas instituições e algumas Freguesias vão-se queixando, outras não, mas com estes valores em dívida é caso para preocupação. Relativamente aos quadros na parte das amortizações o senhor Deputado não foi ao pormenor, tal como o senhor Deputado Óscar Gaspar, mas no quadro nove pode verificar-se um aumento de 82,8%, portanto a dívida subiu de trezentos e setenta e dois mil novecentos e setenta e oito euros para seiscentos e oitenta mil euros. Alguma coisa aqui não está bem, porque o valor do aumento é muito elevado. Quanto ao PAEL, página dezoito, as notícias são boas, como já aqui foi falado por diversas vezes. Neste aspeto, está-se no caminho certo e espera-se que a confiança que este executivo transmite seja transposto para as taxas de juro que nos vão propor para a substituição deste empréstimo de dois milhões de euros. Esta poupança será muito importante, que poderá ser aplicada em investimento público. Na página sessenta e quatro há uma novidade nos relatórios, as fotos das estradas que à primeira vista nem parecem estradas do Concelho de Vagos. Em relação aos documentos do Revisor Oficial de Contas o senhor Deputado referiu que estes são documentos meramente legais que não permitem tirar quaisquer ilações. Para uma empresa a quem o Município paga mais de dez mil euros por ano apresentar um documento com três folhas não será suficiente e, por isso, o grupo municipal do CDS-PP está ansioso pelo outro documento elaborado por esta empresa, que está contratualizado, que será a situação económico-financeira relativa ao primeiro semestre de dois mil e dezanove. Aí sim, ir-se-á ver se a empresa terá alguma coisa a dizer, porque isto basicamente são documentos legais que são emitidos com base em outros documentos. A parte que o grupo municipal do PS aqui apresentou o senhor Deputado Jorge Pereira não verificou mas se uma empresa que faz auditorias e certificação de contas certifica estes valores e os quadros todos que constam do relatório de contas sem ter a certeza não parece muito bem. Em jeito de conclusão, o sumo deste documento é que efetivamente os orçamentos são muito bonitos, apresentam uma série de obras que se vão fazer e concretizar e, depois, no fim disto tudo tem-se 82% de execução. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referindo-se à questão da educação. Quando se fala dos números da educação terá de se perguntar ao grupo municipal do PS quais foram os que tiveram em atenção quando abordaram o assunto. Será que consta daquela fatia da educação, por exemplo, as transferências que são feitas para as IPSS's, para se pagar a alimentação das crianças? Essa também é uma despesa de educação, tais como os transportes. Neste sentido, o senhor Deputado considera que está mais que visto que é normal, faz parte, e estas discussões entre grupo municipais até é salutar, mas se calhar já está demonstrado que não

adianta muito andar-se a brincar assim tanto com os números. É óbvio que não está tudo bem e aquilo que foi dito na Assembleia Municipal onde foi aprovado o orçamento, em que o senhor Deputado deu os parabéns ao executivo por colocar no orçamento todas as obras que apresentou no programa eleitoral, é que o mandato é de quatro anos e ainda só vai a meio. Era muito bom que o Executivo Municipal conseguisse em dois anos cumprir aquilo que prometeu em campanha eleitoral, era sinal que agora já estava em crédito. Tem de se ir com calma, porque o senhor membro da Assembleia Municipal não conseguiu desmentir que a dívida de Município ao longo destes anos tem diminuído. Todos têm conhecimento do montante que a Câmara Municipal de Vagos recebe anualmente. E, dirigindo-se ao grupo municipal do PS, perguntou, caso os senhores Deputados, hipoteticamente, estivessem a conduzir os destinos da Câmara Municipal, como é que fariam. Provavelmente, por mágica. E depois o que é que se teria em Vagos? O mesmo que se teve no Governo de José Sócrates, em que se consegue fazer as coisas sem dinheiro e, depois, alguém tem de vir para corrigir esses erros. O que tem de acontecer é ser-se um pouco mais sérios para não confundir as pessoas e para que se possa perceber aquilo que se está aqui a aprovar. ----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e pediu autorização à Mesa para o senhor Nuno André, Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal explicasse a questão das amortizações, levantada pelo senhor Deputado Óscar Gaspar, e a questão do ativo, levantada pelo senhor Deputado Juan Carlos Martins. -----

----- O senhor Nuno André explicou que em relação ao ativo, transferências e abates tem no essencial a ver com a passagem de imobilizado corpóreo em curso para corpóreo. A Câmara Municipal vai registando obras que ficam em curso até ser recebida, e quando é recebida provisoriamente ela passa para imobilizado corpóreo e esse valor é refletido neste mapa. Por isso é que atinge esse valor. Até podem ser obras já iniciadas há um ano ou dois mas só na altura em que é feita a receção da obra é que passa para corpóreo. Quanto à questão das amortizações tecnicamente, o objetivo deste trabalho foi ajustar o que está refletido contabilisticamente à realidade. Houve aqui uma análise via a via, estrada a estrada. Em alguns casos não se fez alteração nenhuma e elas constam do documento. Aquelas em que não se mexeu, em que não se alterou a vida útil, estão aqui à mesma e com zero anos de acréscimo de vida útil. Aquelas em que foi identificado o estado através de uma análise visual, em que a vida útil era superior aquela que estava registada contabilisticamente, foi feito esse ajustamento. No mapa que consta do documento, em que tem a vida útil inicial, não é a vida útil à data em que foi feita a avaliação e sim a vida útil aquando da introdução da obra. Esta obra pode já ter sido sujeita a aumento de vida útil por investimentos, que é o caso da EN 595 em que a vida útil inicial é de dezasseis anos e a vida útil restante é de dezassete anos. Parece ser um contrassenso mas não é, porque entre a introdução da obra e o final do ano de dois mil e dezoito já tinha havido aumento de vida útil, não por uma avaliação igual a esta mas por ter havido investimento. Por isso é que a vida útil restante é superior àquela que foi introduzida quando foi feito o investimento. Entretanto, se for multiplicado o número de anos que a obra já tinha com o número de anos que foram adicionados pelo valor da amortização vai dar o valor que está registado. Os casos que foram aqui trazidos não foram

apontados ao pormenor mas a lógica é: a amortização anual vezes o número de anos inicial com o que foi acrescentado tem que dar o valor do investimento. E essas contas, no entender do senhor Nuno André, batem certo. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra para responder às questões colocadas pelos senhores Deputados. Relativamente aos esclarecimentos efetuados são questões técnicas certificadas e este caso em particular foi verificado e analisado pelos revisores oficiais de contas nomeados por esta Assembleia Municipal. A certificação legal de contas é um documento apenas com três páginas mas que requer muito trabalho. Este documento é um relatório da atividade que foi feita pela Câmara Municipal, obviamente refletindo a atividade que foi feita todo o ano, e é importante que se faça uma análise correta do mesmo. Não é correto dizer que o investimento na educação é zero, porque o investimento em obras é o que foi aqui referido mas na educação a maior parte do investimento é em despesas correntes, tais como: transportes escolares; refeições; auxiliares de ação educativa que a Câmara Municipal contrata, porque o Governo não as coloca. Todas as pessoas ligadas ao setor da educação, desde encarregados de educação, professores, auxiliares, sabem que o que o senhor Deputado Óscar Gaspar referiu não corresponde à verdade. Há investimento, e se há área onde o Executivo Municipal tem investido a sério é na educação, com resultados evidentes e à vista, ao contrário do Ministério da Educação que prometeu mil auxiliares para as escolas, há mais de um ano, e está a terminar o ano letivo a as auxiliares ainda não foram colocadas. Na cultura acontece a mesma coisa que na educação e se questionarem os agentes culturais, as associações culturais do Concelho, serão, com certeza informados do apoio que a Câmara Municipal dá às atividades por eles promovidas. Uma atitude que não dignifica nada o grupo municipal do PS é vir aqui com um exercício onde refere que a Câmara Municipal tem uma série de investimentos que não concretizou. Mas a Câmara Municipal para fazer as candidaturas aos fundos comunitários, na maior parte dos casos, tem de ter as obras previstas no orçamento e, tal como referiu o senhor Deputado Jorge Pereira, os avisos de candidatura estão atrasados e isso é público. As transferências que vêm para os Municípios não são exclusivo deste Governo mas se este pagasse como está previsto na Lei da Finanças Locais a Câmara Municipal poderia fazer mais investimentos e diminuir a dívida e, evidentemente, não estaria neste ponto de situação. O senhor Presidente lamenta que o Partido Socialista não tenha tido tanta atenção aos números e à dívida no Governo do Eng^a José Sócrates, para quem as dívidas não eram para pagar. Felizmente, este Executivo Municipal tem vindo a amortizar a dívida que é aquilo que o senhor Presidente entende que é a análise mais importante que se pode e deve fazer das contas do Município. No que respeita às taxas de loteamentos e obras o valor desceu mas isto não quer dizer que o número de licenças não tenha aumentado, a maior parte das vezes tem a ver com o valor que se paga por uma licença. O Executivo para incentivar as famílias a construir reduziu taxas e, portanto, isso reflete-se nos valores apresentados. As taxas mais elevadas são as de loteamento e basta haver um para ter um impacto significativo. Quanto à análise demográfica não é algo fácil de fazer. Aliás, vai decorrer em dois mil e vinte e um o SENSOS, já começou a ser feito esse trabalho. Aquilo que se sabe é a criação de postos de

trabalho e isso a Câmara Municipal tem vindo a dar nota pública desses números. Em relação à diminuição da dívida foi só de 0,4% mas diminuiu o que fez com que o senhor Presidente cumprisse aquilo que prometeu no ano passado. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que acabou de enviar por *e-mail* a apresentação que fez e solicitava que a mesma fosse reencaminhada, pelos serviços de apoio da Assembleia Municipal, a todos os membros da Assembleia Municipal. Entretanto, disponibilizou-se para ser confrontado com algum erro que tenha cometido. Em relação à educação o senhor Presidente não foi capaz, como não seria possível, de desmentir aquilo que o senhor Deputado disse. O senhor Deputado teve o cuidado de referir a página onde refere que a execução em relação à educação foi zero euros, 0%. A questão é que como o senhor Presidente bem sabe que uma coisa é quando se fala de investimento, em termos contabilísticos, outra coisa é quando se fala em termos de despesa corrente ou em termos de transferências. Os quadros presentes são sobre o plano municipal de investimentos e, portanto, não há como desmentir que o investimento é zero e não era para ser, porque foram referidos vários exemplos de investimentos que estavam previstos e cuja execução foi zero. Contrariamente àquilo que disse o senhor Deputado Nuno Moura isto não é um plano plurianual, é um orçamento com verbas afetas a cada um dos anos e o nível de execução a que o senhor Deputado Óscar Gaspar se referiu ao nível de execução é em relação ao ano, porque como se sabe os mapas têm o ano específico. Por outro lado, quando o senhor Presidente diz que se esquecem do apoio que a Câmara Municipal dá as Associações do Concelho, isso não é verdade mas também não esquece que a Autarquia recebe seis milhões de euros, por ano, do Estado, repartição dos impostos que recebe. E era o que mais faltava que não fizesse nada. Assim sendo, para que é que serviam os seis milhões de euros que recebe por ano. Tem de gastar o dinheiro em alguma coisa. Questão diferente é em quê, e supostamente aquilo que se vê é em despesa corrente e, nomeadamente, em transferências como não deixou de referir. Por outro lado, em relação à questão da baixa execução dos investimentos ter ver com os atrasos dos fundos comunitários. Sim, é uma boa explicação, falta é explicar porque é que foi assim em dois mil e dezassete, foi assim em dois mil e dezasseis, foi assim em dois mil e quinze, foi assim em dois mil e catorze. Foi sempre atraso? Perguntou. O que é recorrente, e é a isso que o grupo municipal do PS tem chamado à atenção na discussão do orçamento, é que o orçamento é sempre feito numa base que não é verdadeira. Em relação às estradas o senhor Deputado agradece as explicações dadas que são corretas e que aceita mas, do seu ponto de vista, em relação à EN 595 tem de haver um erro no mapa. Mas não há problema, porque se há erros os erros corrigem-se e não tem problema nenhum. O senhor Deputado continua a dizer que não encontra nenhuma base para aquilo que foi feito. Entrando em questões técnicas, se a determinada altura se conclui que aquela estrada que está amortizada por 80% ainda tem mais anos úteis de vida do que aqueles que estavam previstos a correção de vida é um aumento do valor. O valor atual é que deve subir, e não reduzir as amortizações. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que este é um documento que resulta de um conjunto de opções políticas, apesar de se tratar de um apuramento administrativo, e

as pessoas têm de assumir isso. E, por isso, é que se tem de falar das falhas e voltar a referir o que foi dito, e ficou em ata, na sessão onde foi aprovado o orçamento. O senhor Deputado referiu que o senhor Presidente está a ficar igual ao anterior Presidente da Câmara que nas entrevistas que dava dizia sempre que a culpa era deste e daquele e não dizia mais nada, está sempre a dizer que a culpa é do Governo. Não pode ser assim, as pessoas têm que assumir algumas coisas. O senhor Presidente falou muito pouco daquilo que apresentou e que não fez. Falando dos fundos europeus, Portugal é o país, deste nível, com melhor nível de execução de fundos europeus e, portanto, a esse nível está-se muito melhor que os Governos anteriores. Naturalmente, que na fase final deste programa financeiro haverá como sempre uma aceleração, particularmente no último ano, mas nesta fase Portugal é um dos melhores países da Europa ao nível de execução. Há coisas que se fazem sem fundos europeus, e deu nota de alguns exemplos: a Casa da Cultura da Mealhada; a Casa de Inovação; o conjunto dos Mercados Municipais. Estas obras são feitas porque os executivos em vez de apoiarem uma série de “festinhas” guardam algum para deixar uma pegada como intervenção estrutural. Isso é uma lógica estratégica de intervenção que não tem, e com toda a legitimidade, mas é uma opção. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura voltou a usar da palavra e referiu que um orçamento deve refletir uma opção política, que se traduz na opção que a maioria das pessoas que votaram escolheram para ser executada. E, portanto, é bem que adote essa opção política. Se há uma coisa que o senhor Deputado Óscar Gaspar pode brincar é com os números, com as palavras é que não e o que senhor Deputado Nuno Moura disse, e repetiu, é que no orçamento se deve refletir o programa eleitoral que foi apresentado. E, portanto, só quem não anda nestas lides, o que não é o caso do senhor Deputado Óscar Gaspar, que anda nisto há anos, é que não sabe que isto acontece. Não adianta estar aqui a pintar as coisas de maneira diferente. Os orçamentos têm e vão ter sempre questões que não se vão realizar, é assim que faz parte, sempre foi assim. Agora, é óbvio que faz parte da oposição ter esse trabalho e fazer aquilo que os senhores estão aqui a fazer. Só não é preciso é ir tão longe, porque a dada altura torna-se um pouco fastidioso e até enganador daquilo que é a realidade. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e em resposta à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar referiu que é verdade que o orçamento é anual mas o plano é plurianual. O orçamento é anual e a prestação de contas tem a ver com a atividade do ano. Tal como disse o senhor Deputado Bruno Julião, este é um documento técnico que reflete as opções políticas que se têm durante um mandato. E as opções políticas têm a ver com isto: se a Câmara Municipal recebe seis milhões de euros só pode gastar este montante. A questão é quando os Governos, seja das Autarquias sejam do país, recebem seis milhões e gastam sete milhões. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com 19 (dezanove) votos a favor, do grupo municipal do PSD, com 5 (cinco) abstenções, do grupo municipal do CDS-PP, e com 2 (dois) votos contra, do grupo municipal do PS. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara extraordinária do dia 15 de abril de 2019. -----

----- PONTO TRÊS: QUADRO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS: -----

-----1. DL n.º 21/2019, de 30/01 – Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da **educação**;-----

-----2. DL n.º 23/2019, DE 30/01 - Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da **saúde**; -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou o ponto e, relativamente à educação, referiu que na altura este assunto foi agendado para a reunião de Câmara Extraordinária e o documento foi recebido muito em cima da hora, e só indo a essa reunião de Câmara é que permitia que se discutisse o assunto nesta sessão da Assembleia Municipal. Em relação à questão da saúde não há necessidade do Município se pronunciar hoje. A Câmara Municipal fez aquelas questões, no âmbito da saúde, e só depois de esclarecidas as dúvidas deverá ser publicado um decreto- lei a determinar as verbas a transferir para os Municípios e, depois, estes têm sessenta dias para se pronunciarem. Em relação à educação o Município só tem de se pronunciar até dia trinta de junho de dois mil e dezanove. Quando o documento chegou e o senhor Presidente enviou aos senhores Vereadores ainda não tinha sido analisado. Há um conjunto de observações no documento que irão ser abordadas pelo senhor Vereador com o pelouro da educação e que explicam algumas das dúvidas que a Câmara Municipal fez chegar hoje ao Ministério da Educação. A Câmara Municipal enviou, hoje, um ofício no sentido de ver esclarecidas algumas coisas, porque os números que vieram agora são um pouco diferente dos que estavam no quadro inicial, que estava disponível na ANMP. E é esse trabalho que o senhor Presidente pede ao senhor Vereador Pedro Bento que apresente. Entretanto, o senhor Presidente lembrou que a Câmara Municipal tem até trinta de junho, se não houver nenhuma alteração, para se pronunciar sobre as competências para dois mil e vinte em todas as áreas exceto na educação. Se o Município recusar a educação agora só vai poder ter esta competência no ano letivo 2020/2021. Por isso, o senhor Presidente, em jeito de antecipação, solicitava que se discutisse o assunto hoje mas que se aguardasse pela resposta do Ministério da Educação às questões que lhe foram enviadas hoje. A Câmara Municipal quer ficar com a educação só que há uma série de dúvidas que quer ver esclarecidas primeiro para que o Município não saia prejudicado. -----

----- O senhor Vereador Pedro Bento usou da palavra e sobre este assunto fez uma breve apresentação do assunto, referindo que o presente documento efetua a análise da informação relativa às estimativas do impacto financeiro da transferência de competências de Educação, elaborada pelo Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE) e remetida à Associação Nacional de Municípios (ANMP), do documento elaborado pelas Secretarias de Estado do Orçamento e das Autarquias Locais e pela Secretária de Estado Adjunta e da Educação e remetido ao Município de Vagos em Abril de 2019, analisando a execução financeira dos diversos programas na área da Educação do Município, bem como, os dados financeiros disponibilizados

pelo Agrupamento de Escolas de Vagos. Quanto aos recursos humanos: a) Da análise da informação do IGeFE resultava uma projeção de um rácio de 64 assistentes operacionais, 2 cozinheiras e 9 assistentes técnicos (75 recursos humanos) com um custo anual – estimado por custos médios – de 872 905,41€; b) A informação remetida ao Município de Vagos pelo Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais indica que, de acordo com a Portaria n.º 272-A/2017, o rácio de assistentes operacionais do Agrupamento de Escolas será de 65 assistentes operacionais, 2 cozinheiras e 9 assistentes técnicos (76 recursos humanos) com um custo anual de 743 883,04€; c) De acordo com os cálculos efetuados pelo Serviço de Educação o custo dos recursos humanos existentes do Agrupamento de Escolas de Vagos no ano de 2019 – 50 assistentes operacionais, 2 cozinheiras e 9 assistentes técnicos (61 recursos humanos) – será de 768 376,10€; d) Efetuando os cálculos relativos ao rácio de pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Vagos, sem considerar a Educação Pré-Escolar, deverão ser colocados 49 assistentes operacionais, 2 cozinheiras e 4 auxiliares de cozinha e 9 assistentes técnicos (um total de 55 assistentes operacionais) cujo custo estimado para o ano de 2019 é de 829 160,74€; e) Ao referido em c) e em d) acrescem as transferências efetuadas pela Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares para o Município de Vagos para compensação pela colocação de 19 assistentes operacionais na Educação Pré-Escolar e que em 2018 atingiu o total de 195 876,45€; f) Refira-se, ainda, que existem diferenças significativas no cálculo do rácio de assistentes operacionais do Agrupamento de Escolas de Vagos efetuado pelo Agrupamento e pelo Município de Vagos e no cálculo apresentado pelo Ministério da Educação. g) Deve o Município questionar o modo como é efetuado o cálculo do rácio de assistentes operacionais, as diferenças na projeção financeira dos vencimentos dos recursos humanos a transferir e o porquê de não se encontrar referida a transferência das verbas relativas à colocação de recursos humanos na Educação Pré-Escolar. Relativamente às Escolas de intervenção prioritária: a) Encontra-se assinalada para intervenção prioritária a Escola Básica Dr. João Rocha - Pai, com o que concordamos. b) Não nos é possível pronunciar quanto à intervenção a realizar porque nada é referido sobre a mesma, nem sobre o custo estimado dessa intervenção. c) Não se entende, dado o estado de conservação da escola, que não se encontre assinalada a Escola Secundária de Vagos para intervenção prioritária. d) Deve o Município de Vagos questionar qual a intervenção a realizar na Escola Básica Dr. João Rocha - Pai, qual o valor consignado para essa intervenção e contestar a não inclusão da Escola Secundária nesta listagem. Os Encargos e Conservação das Instalações: a) De acordo com a informação do IGeFE estimava-se um total de 82 250,00€ para despesas relativas a encargos com as instalações (água, eletricidade, higiene e limpeza, combustíveis, comunicações, material de escritório, etc.), acrescidos de 40 000,00€ para conservação das instalações; b) De acordo com a estimativa agora remetida ao Município de Vagos são indicados 91 271,00€ para encargos com instalações e 40 000,00€ para conservação das instalações. c) De acordo com os valores apurados pelo Serviço de Educação a estimativa apresentada encontra-se correta. d) Não existem questões a colocar acerca deste tema. No que respeita às Atividades de Animação e Apoio à Família e Atividades de Enriquecimento Curricular (Escola a Tempo Inteiro) a) A estimativa

elaborada pelo IGeFE apresentava um total de 309 799,12€ para os programas de Atividades de Animação e Apoio à Família e Atividades de Enriquecimento Curricular ou para as medidas que se designam como Escola a Tempo Inteiro; b) A proposta apresentada agora ao Município de Vagos considera um valor de 232 820,72€ para as medidas de Escola a Tempo Inteiro: i. 165 523,50€ para as Atividades de Animação e Apoio à Família; ii. 67 287,22€ para as Atividades de Enriquecimento Curricular; c) A execução dos programas referidos no ano letivo anterior teve o custo de 237 355,21€: i. 162 983,31€ para as Atividades de Animação e Apoio à Família; ii. 74 371,90€ para as Atividades de Enriquecimento Curricular; d) Apesar da diferença existente, concordamos com os valores apresentados atendendo a que se devem às flutuações existentes no número de alunos e no decréscimo do número de alunos inscritos em Atividades de Enriquecimento Curricular. Em relação aos Circuitos de Transporte Especial a) Na estimativa inicial apresentada pelo IGeFE era referido o valor de 23 752,12€ para a comparticipação dos transportes de alunos da Educação Especial em circuito especial; b) Na proposta agora apresentada é indicado o valor de 16 334,16€ para estes transportes. c) O Município de Vagos recebeu no ano letivo transato o total de 15 937,75€ para estes transportes; d) Concordamos com a proposta apresentada. Deve ser questionado o valor de comparticipação ao quilómetro. No que respeita às refeições escolares e refeitórios: a) Na informação apresentada pelo IGeFE à ANMP estimavam-se os seguintes valores para refeições escolares e refeitórios: i. 20 496,00€ para aquisição de Leite Escolar; ii. 106 070,07€ para a gestão de refeitórios de administração direta – refeitório da Escola Básica Dr. João Rocha - Pai e da Escola Secundária de Vagos; iii. 37 047,96€ para comparticipação das refeições fornecidas pelo Município no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições; b) A proposta apresentada agora indica as seguintes estimativas: i. 23 081,46€ para aquisição de Leite Escolar; ii. 121 879,21€ para a gestão de refeitórios de administração direta; iii. 64 525,00€ para comparticipação do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições; c) Os valores apresentados correspondem aos valores indicados pelo Agrupamento de Escolas de Vagos para a gestão do programa de distribuição de Leite Escolar e para a gestão dos refeitórios da Escola Básica Dr. João Rocha - Pai e da Escola Secundária, sendo que o montante proposto para comparticipação do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições corresponde às transferências efetuadas no ano anterior para o Município de Vagos. Da análise dos documentos financeiros do Agrupamento de Escolas de Vagos e da execução do orçamento do Ministério da Educação resultam, ainda, as seguintes dúvidas quanto às transferências apresentadas na proposta agora remetida ao Município: a) Não se encontra referida a transferência das verbas relativas a Ação Social Escolar e apoio educativos que no orçamento do Agrupamento de Escolas de Vagos se cifraram em 53 024,48€ e que devemos questionar se estão relacionadas com a aquisição de manuais escolares ou outros apoios no âmbito da ação social escolar; b) Não se encontra referida a verba relativa à comparticipação pela utilização de espaços desportivos para educação física e desporto escolar que totalizou 25 380,00€; c) Não se encontra referidas as transferências efetuadas para o Agrupamento de Escolas

de Vagos relativas ao orçamento para aquisição de material pedagógico e didático para a Educação Pré-Escolar no total de 5 544,00€. -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e referiu que quando viu este ponto na ordem de trabalhos ficou um pouco baralhado, uma vez que tinha estado há duas semanas a discussão e votação. Entretanto pediu explicações, foram-lhe dadas, o senhor Presidente também já esclareceu o porque do ponto nesta sessão. Quanto à educação, depois da explicação dada pelo senhor Vereador Pedro Bento e das diferenças dos cerca de trezentos mil euros do que estava previsto para o que foi apresentado, o senhor Deputado concorda com a prudência e com os esclarecimentos. Nesse aspeto o grupo municipal do PSD propõe, e acredita que tenha sido um erro de cálculo do Governo a apresentar o assunto, o adiamento desta votação até trinta de junho. Quanto à saúde não faz sentido estar a adiar mais e, portanto, o sentido de voto do grupo municipal do PSD será votar já a saúde no sentido de não assumir. -----

----- o senhor Deputado Hugo Jorge usou da palavra e referiu que no que respeita à educação, em termos de números, o IGeFE só não tem números exatos se não quiser, porque a contabilidade das escolas é muito rigorosa, não há grandes autonomias, por isso eles têm os números certinhos do há e do que não há. Quanto à questão das intervenções prioritárias porque é que estas não são, convém recordar que o país fez um esforço muito grande há cerca de trinta anos, alguns casos um pouco mais, quando se construíram muitas escolas. Quanto ao resto é de desconfiar, todo este processo causa ao senhor Deputado alguma desconfiança, deste Governo e do tipo de atuação dele, e, por isso, concorda que se deve aguardar e ter muita prudência com esta questão.

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e felicitou o executivo pelo trabalho que foi feito. Era este tipo de trabalho que o senhor Deputado tinha referido que deveria ser feito, ou seja, fazer um estudo contabilístico do que é necessário e de como é que se deve responder às entidades do Estado Central. Este trabalho está aqui feito e é assim mesmo que se faz. Deste modo está a defender-se o Município e as contas do Município. Até trinta de junho ter-se-á de realizar uma Assembleia Municipal para aprovar esta transferência de competência, que é o que faz todo o sentido, e dos dados que senhor Deputado tem a maior parte dos Municípios quer ter esta competência rapidamente. É bom esclarecer aqui uma coisa, isto é, não se pode dizer que se desconfia deles. O que existe é o Estado português que tem um serviço público de educação. Até agora não houve qualquer processo de transferência de competências de nenhum Governo, este é o primeiro que está a acontecer. É um processo muito difícil e tem havido abertura por parte do Governo, em todas as áreas, como tem acontecido com a troca de correspondência da Câmara Municipal em algumas áreas, para ir respondendo. É assim que se faz, este é um trabalho bem feito. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que quanto a este assunto o CDS-PP só tem que reafirmar o que tem dito, que é facto de o PS e o PSD terem metido o país nesta "argolada". Estas transferências de competências que deveriam ser obrigatórias e serem opções claras, tanto ao nível dos recursos humanos, envelopes financeiros, da forma como se iriam processar, e passado um ou dois anos ninguém sabe com que dinheiro, com quem e como.

Como tal, trazer este assunto aqui só mesmo por questões legais, porque está tudo igual. Há uns quadros novos, há uns valores que o Governo já sabe quais são mas que pede outra vez às Autarquias para ganhar tempo e vai-se "empurrando" todo este processo onde o CDS não foi ouvido nem os Municípios foram ouvidos. Portanto, isto foram os dois líderes dos dois maiores partidos que decidiram fazer uma coisa destas, sem saberem bem o que é que iam fazer e o resultado está à vista. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por concordar com o senhor Deputado Juan Martins, ou seja, ficou perplexo quando viu a ordem de trabalhos e viu este assunto agendado três semanas depois de se ter realizado uma Assembleia municipal Extraordinária exatamente para discutir esta questão e onde se decidiu adiar estas duas transferências de competências. Entretanto, não viu qualquer motivo para este assunto vir a esta sessão. O que o senhor Deputado viu foi que o PSD sentiu muito incómodo à saída da última Assembleia Municipal pelo facto de se terem adiado os pontos. Portanto, o senhor Deputado supõe que o facto do assunto ter voltado à Assembleia Municipal terá sido alguma diretriz do partido que terá ficado insatisfeito com o resultado da última sessão. Entretanto, também ficou um pouco perplexo com o desenvolvimento de hoje, ou seja, o adiar a questão da educação. O senhor Deputado percebe os fundamentos e concorda mas não se pode andar a vir aqui de três em três semanas a discutir este assunto e, depois, adiar sucessivamente. No seu entender, seria bom que quando o ponto fosse agendado fosse, de facto, para decidir. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e pediu um esclarecimento sobre o regimento, ou seja, perguntou onde é que está previsto que os membros da Assembleia Municipal têm um período antes das intervenções para se inscrever e falar sobre o ponto. Tanto quanto conhece do regimento o artigo 27º prevê trinta minutos para os membros falarem de cada ponto, sendo que cada membro não pode exceder os dez minutos. O senhor Deputado quer saber qual é essa regra, porque, por exemplo, não esteve na sessão onde foi discutido este assunto das transferências de competências nas áreas da saúde e da educação e sente-se, de alguma forma, lesado por não se poder inscrever a seguir à intervenção de um membro da Assembleia que lhe suscitou dúvida. -----

----- O senhor Presidente da Mesa esclareceu que tem dado oportunidade a todos os membros para se inscreverem e para intervirem quando assim o entendem, porque esta é a casa do debate e é aqui que os assuntos devem ser falados e discutidos. A bem das boas decisões e das deliberações que aqui se praticam tem que haver discussão, isto é claro. Quando se ultrapassa o limite, e precisamente por não haver outro critério, a solução é perguntar quem é que se quer inscrever e limitar o prazo para as pessoas se inscreverem para não estarem sistematicamente a pedirem a palavra. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que este trabalho só foi feito para a área da educação porque era o único setor que tinha números numa fase inicial e que o Executivo, de uma forma ou de outra, tem acesso a alguns números. Estes números na área da saúde não existe. É evidente que se tem de ter cautela. Este é um processo que deveria ser feito

todos ao mesmo tempo, como estava previsto no decreto-lei inicial, mas que não está a ser. Com as questões que surgiram entretanto era evitável trazer o assunto cá? Pois, evidentemente que era mas isso só depois de estudar os números é que se podia chegar a uma conclusão, e foi isso que aconteceu. -----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto a votação e, no âmbito da transferência de competências para o Município de Vagos, a Assembleia Municipal tomou a seguinte deliberação: --

----- a) No que diz respeito ao Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, respeitante à transferência de competências no domínio da educação, a Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com 20 (vinte) votos a favor, do grupo municipal do PSD e do senhor Deputado Bruno Julião, 6 (seis) abstenções, do Grupo municipal do CDS e do senhor Deputado Óscar Gaspar, **adiar a tomada de decisão** sobre a transferência desta competência; -----

----- b) No que respeita ao Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, respeitante à área da saúde, a Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com 19 (dezanove) votos a favor, do grupo municipal do PSD, 2 (dois) votos contra, do grupo municipal do PS, e 5 (cinco) abstenções, do grupo municipal do CDS-PP, não **assumir** essas competências no corrente ano de 2019. -----

----- O grupo municipal do PS apresentou declaração de voto. Assim sendo, o senhor Deputado Óscar Gaspar referiu: *“Nós votamos contra porque enquanto há diálogo entre a Câmara e o Governo, em relação a esta matéria da saúde, era prudente, de facto, também adiarmos até termos todos os esclarecimentos para tomar uma posição e não chumbar desde já.”* -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 18 de abril de 2019. -----

-----**PONTO QUATRO: INTERVENÇÃO NA ANTIGA PONTE DE FAREJA – INTEGRAÇÃO NA REDE DE PERCURSOS NATURAIS DE VAGOS – RECONHECIMENTO DO INTERESSE PARA AS POPULAÇÕES E PARA A ECONOMIA LOCAL**-----

----- A senhora Vereadora Sara Caladé fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação, atempadamente, enviada aos membros da Assembleia Municipal. No final disponibilizou-se para os esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e agradeceu ao Executivo Municipal por estar atento a um documento bastante inspirador que é o programa eleitoral do Partido Socialista. No programa eleitoral do Partido Socialista dizia-se que se defendia a ligação do Passadiço da Quinta do Ega à Ponte da Fareja recuperada. Curiosamente, nas propostas para o orçamento municipal de 2018 o PS enviou ao senhor Presidente da Câmara exatamente a mesma proposta. Portanto, mais uma vez se mostra que o Executivo Municipal está atento e de braços abertos para acolher algumas das propostas do Partido Socialista e isso é bom. Esta ponte apesar de não apresentar nenhum valor arquitetónico especial faz parte da memória paisagística daquela zona e pode ser aproveitada na medida em que se pode fazer um projeto em que seja integrado o conjunto de terrenos adjacentes àquela zona. O importante para se perceber porque é que se pede aqui o interesse municipal tem a ver com o tipo de projeto que se está a pensar, para se perceber qual o mérito do projeto, porque o mérito desta ideia isoladamente parece bem mas também seria

útil ter mais algumas informações. Assim sendo, assim que for possível ter mais informações sobre o projeto era útil serem dadas para se poder discutir aqui. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e deixou um agradecimento ao BTT Sosense pelo trabalho que tem feito ali naquela ponte e que a torna menos perigosa. Essa prova é o demonstrar que aquela ponte tem um interesse ao nível turístico de grande importância e, como diz o documento, se o objetivo é preservar os elementos patrimoniais locais paisagísticos e ambientais é de interesse público que esta obra se faça e para isso podem contar com o apoio do CDS-PP. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e informou que sobre o projeto em concreto o aviso que vai abrir tem a ver com as DLBC's Rurais, é um aviso para renovação de aldeias e um dos critérios que tem de ter é precisamente este, ou seja, a intervenção tem de ter declaração de interesse público. Há uma série de percursos que estão a sere estudados, que têm a ver com as encostas da Pedricosa e encosta do Boco e, depois, a ligação à Quinta do Ega e posteriormente a ligação, que não está ainda em projeto, só em ideia, a continuidade do percurso para o lado sul do rio Boco até chegar ao Cais do Moliço. Em relação à intervenção do senhor Deputado Jorge Pereira esclareceu que o projeto é um trabalho conjunto da Resistência Noturna do BTT Sosense e do Trepanelas. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- Esgotados que estavam os pontos da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período de intervenção do Público. -----

----- Do público pediram para usar da palavra os senhores Alexandre Marques e Paulo Gil Cardoso. -----

----- O senhor Alexandre Marques, da Freguesia de Calvão, usou da palavra e, mais uma vez, falou sobre a obra da AdRA na EN109. Da última vez que aqui esteve, e falou no assunto, foi, em parte, com bases na sua experiência profissional e com os “dois olhos que tem na cara”. Não sendo engenheiro civil, como o senhor presidente da câmara fez questão de realçar, mas hoje vem com essas mesmas bases e com o facto de ter consultado dois engenheiros civis e, realmente, aquilo que havia referido era verdade. A obra podia ter sido mais célere, rápido e de outra maneira completamente diferente que não deixa-se a estrada no estado em que ficou. Os engenheiros que consultou viram as fotografias pré-remendos e pró-remendos e ficaram admirados com o trabalho. O senhor Alexandre referiu que como qualquer cidadão gosta de ver obras na via pública feitas com qualidade e as obras que a AdRA têm vindo a fazer chegam tarde e a más horas e mal feitas. Neste sentido, o senhor Alexandre pede ao senhor Presidente para ser mais exigente com a AdRA, assim como para todas as entidades que façam obras no Concelho de Vagos, exija qualidade, porque é isso que os Vaguenses querem. Para terminar referiu que é utente das estradas da zona industrial de Vagos e quando chove criam-se autenticas poças de água. Por duas vezes já sucedeu ficar com danos na sua viatura por causa do mau estado daquelas estradas, com buracos enormes, as tampas de saneamento estão com um elevo muito grande em relação ao nível da

estrada. O senhor Alexandra pergunta ao senhor presidente se tem um plano para reestruturação e restauração daquelas estradas. -----

----- O senhor Paulo Gil Cardoso, da Freguesia de Vagos, usou da palavra e referindo-se à intervenção do senhor Deputado José Augusto Martins quis deixar um esclarecimento, uma vez que o seu nome foi referido. O senhor Paulo Gil não apresentou a sua obra no Concelho de Vagos, e foi apresenta-la a Aveiro, porque está dependente de um editor, que se ofereceu e apostou na sua obra, para as apresentações e não tem qualquer ação relativamente ao lugar que este escolhe. Relativamente a outras atividades que tem feito em Vagos ao longo dos anos é perfeitamente demonstrável, desde a recolha de oitocentas toneladas de lixo em dois mil e dez, passando por espetáculos pro bono. Entretanto, exatamente na véspera do lançamento da obra o senhor Presidente da Câmara sugeriu que o senhor Paulo Gil fizesse uma apresentação em Vagos que foi aceite de imediato e com muito agrado e, aí sim, por sua iniciativa e não do editor. Esse agendamento irá ser feito, com certeza. Relativamente à questão dirigida ao senhor Presidente da Câmara, hoje por volta das 09h 00m telefonou para a Câmara Municipal para dar conta de que tinha dois animais errantes, dois cães, pequenos, que há dois dias ou três que insistem em entrar em sua casa. Quando telefonou a comunicar esta situação a intenção era que fosse recolher os animais. A pessoa que o atendeu referiu que a essa hora era provável que não estivesse ninguém no Gabinete Veterinário para o atender mas que iria tentar, porque eventualmente a pessoa que normalmente presta apoio poderia ser que estivesse uma vez que a Veterinária só estaria a partir das 15h 00m. O senhor Paulo Gil não pretendia falar com a Veterinária, e sim com alguém que lhe resolvesse o problema, ou seja, que recolhessem os cães. Entretanto, quem dá apoio também não estava e insistiu, educadamente, que apenas queria comunicar que se fizesse a recolha dos animais e o senhor que me estava a atender, ao telefone, disse que iria passar ao atendimento. Após algum tempo de espera o senhor transmite-me que o atendimento não toma conta desse tipo de assuntos. Se o senhor Paulo Gil pretendesse que se dirigisse ao atendimento, o que não deixa de ser um paradoxo, porque se não toma conta porque é que terá de se dirigir lá pessoalmente, e apresentasse uma comunicação por escrito para a recolha dos animais. O senhor Paulo Gil voltou a insistir, educadamente, e a pessoa que o atendeu sugeriu que deixasse o número de telefone. Entretanto, a pessoa que presta apoio ao Gabinete Veterinário às 10h 00m telefonou ao senhor Paulo Gil e às 10h 30m estava em sua casa junto dos animais e a verificar se tinham chip ou não para poder levá-los às pessoas, ou seja, devolve-los a quem tinha responsabilidades neles. Os animais não tinham chip e o senhor que lá foi transmitiu ao senhor Paulo Gil a sua impotência perante o assunto, que não havia solução, o canil de Ílhavo está cheio, em Vagos não solução para a recolha de animais, e que voltaria a contactar se conseguisse encontrar uma solução. A questão é que desde o início dos anos noventa que a responsabilidade legal da existência de um canil é da Autarquia. Está-se em dois mil e dezanove e não tem, desde os anos noventa, e sabendo todas as condicionantes e tudo o que está a acontecer. O Município tem um Gabinete Veterinário, ou de atendimento, que não tem lá ninguém, ou tem um voluntário e uma Veterinária que vem fazer umas horas porque está partilhada com o Município de Ílhavo. Neste momento a situação é grave no

Concelho todo e, por isso o senhor Paulo Gil pergunta ao senhor Presidente se tem, ou pensa ter, um plano de contingência e agir imediatamente dotando de meios humanos e recursos físicos para encarar este problema brevemente e imediatamente. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões levantadas pelo público. Em relação à intervenção da AdRA na EN109 o senhor Presidente considera que foi rápida. Esta obra foi autorizada pelo IP, até houve um atraso muito grande na concretização porque o IP não deu autorização imediatamente à AdRA. A intervenção foi feita sob um lado da estrada, depois tem uns rasgos para o outro lado. A estrada vai ser pavimentada na íntegra, porque é algo que o IP exige. Neste momento já começou mais uma obra da AdRA que é a ampliação da conduta adutora junto ao depósito da água no Bairro da Corredoura, e a intervenção vai ser na Av. João Grave, vai por trás, pelo Cabeço das Pedras, para entrar no depósito da água. A AdRA prefere evitar a EN109 pelas exigências que a IP tem e fazer um percurso maior do que estar a entrar na EN109. Tudo o que é na EN, normalmente, o IP exige e faz cumprir as regras e, portanto, mais dia, menos dia, aquela estrada terá de ser pavimentada na totalidade. Aliás, o Município não receberá a estrada naquelas condições. Sobre a questão da zona industrial de Vagos a câmara Municipal tem um plano e projeto de requalificação de toda aquela área e tem estado a dividir a empreitada. Já começou a ligação da rua das Abelhas, já está adjudicada a requalificação da conduta das águas pluviais, que passa entre a empresa Ferneto e a empresa Mistolin que vai até à empresa Costa Verde, que é a conduta principal que está em mau estado e, por isso, não faz o escoamento das águas pluviais. Entretanto, já está em projeto e vais ser lançado em concurso a requalificação de toda a zona industrial. O processo foi feito por fases por questões financeiras. Em relação à intervenção do senhor Paulo Gil é verdade que o senhor Presidente o convidou a apresentar o seu livro em vagos e aceitou. Sobre a questão dos animais é um problema para a qual a Autarquia não consegue encontrar solução. Entretanto, esclareceu que do Gabinete Veterinário Municipal não faz parte nenhum voluntário, tem a Veterinária Municipal, que o Município partilha com o município de Ílhavo. A Câmara Municipal face à falta de recursos, viu-se obrigada a contratar um Gabinete de Veterinário, que foi o único que quis prestar esse serviço no Concelho de Vagos, para quem a pessoa, que se dirigiu a casa do senhor Paulo Gil, presta serviços. A pessoa em causa trabalhou para a câmara Municipal de Vagos, entretanto reformou-se, no limite de idade, e começou a prestar serviços a esse Gabinete Veterinário que a Câmara Municipal contratou para dar algum apoio. Como a Autarquia não tem sítio para esterilizar, nem vacinar, nem chipar os animais errantes são na Clínica Veterinária em Calvão que se fazem esses serviços. Neste momento está a ser desenvolvido um projeto intermunicipal para resolver o problema dos animais abandonados. A questão dos animais errantes é, verdadeiramente, de difícil resolução. Porque é que se vai primeiro verificar se o animal tem chip ou não? Porque se tiver a questão está resolvida, devolvesse ao dono. O problema é quando não tem e todos sabem que os animais abandonados ou não têm chip ou se tem o chip não está registado em nome de ninguém. Este é um assunto que vai ter um longo percurso até ser resolvido na sua plenitude. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e três horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----

----- **O Presidente,**_____.